



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA – FACE
VINÍCIOS DIVINO CANTO FERNANDES

**COABITAÇÃO E MOBILIDADE DOMICILIAR: EVIDÊNCIAS PARA O
BRASIL**

GOIÂNIA
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese

2. Nome completo do autor

Vinícios Divino Canto Fernandes

3. Título do trabalho

Coabitação e mobilidade domiciliar: Evidências para o Brasil

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **WALESKA DE FATIMA MONTEIRO, Usuário Externo**, em 24/07/2020, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **VINÍCIOS DIVINO CANTO FERNANDES, Discente**, em 24/07/2020, às 21:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1454235** e o código CRC **10BB2B73**.

Referência: Processo nº 23070.032864/2020-14

SEI nº 1454235

Vinícios Divino Canto Fernandes

COABITAÇÃO E MOBILIDADE DOMICILIAR: EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Waleska de Fátima Monteiro

GOIÂNIA
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Fernandes, Vinícios Divino Canto
Coabitação e mobilidade domiciliar [manuscrito] : evidências para o
Brasil / Vinícios Divino Canto Fernandes. - 2018.
liv, 54 f.

Orientador: Profa. Dra. Waleska de Fátima Monteiro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Economia, Goiânia,
2018.

Bibliografia. Anexos.
Inclui gráfico, lista de tabelas.

1. coabitação. 2. mobilidade domiciliar. 3. geração canguru. I. de
Fátima Monteiro, Waleska, orient. II. Título.



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO

Aos três dias do mês de dezembro de 2018, no horário de 10 horas e 32 minutos às 11 horas e 44 minutos, foi realizada, em sessão pública na sala 2110 da FACE, a defesa da dissertação *Coabitação e mobilidade domiciliar: Evidências para o Brasil*, de autoria do discente Vinícios Divino Canto Fernandes, do Programa de Pós-Graduação em Economia – PPE da Universidade Federal de Goiás.

A Comissão Examinadora, constituída pela Professora Waleska de Fátima Monteiro, da Universidade Federal de Goiás (UFG)/PPE/(Membro Interno/Orientadora), Professora Larissa Barbosa Cardoso, da Universidade Federal de Goiás (UFG)(Membro Interno/Examinadora) e pela Professora Ana Carolina Pereira Zoghbi, da Universidade de Brasília (UNB) (Membro Externo/Examinadora), emitiu o seguinte parecer/recomendações:

Resultado Final:

☒ Aprovado

☐ Reprovado

Recomendações:

Inserir na descrição dos dados uma tabela com informações sobre a taxa de desemprego e avaliar a relação com os resultados de coabitação.

Eu, Waleska de Fátima Monteiro, orientadora do discente, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. Waleska de Fátima Monteiro (Orientadora/Presidente/PPE/UFG)

Profa. Dra. Larissa Barbosa Cardoso (Examinadora/Membro Interno/PPE/UFG)

Profa. Dra. Ana Carolina Pereira Zoghbi (Examinadora/Membro Externo/UNB)

Goiânia, 03/12/2018.

DEDICATÓRIA

Ao grupo de pesquisa (junto com os que já se foram) mais querido que um dia pudesse escolher. Citando nomes: Adriana, Barbara, Camila, Dayana, Felipe, Magna, Matheus, Marizelia, Raquel e Thais.

À amada Day Amorim, que, mesmo tendo seu próprio caminho, foi minha melhor amiga em 2017.

Ao amigo de mestrado, motorista, futuro macroeconomista de respeito e cafecólatra, Daniel Fichman.

Aos responsáveis pela habilidade que adquiri de ser mais conciliador, de ser mais moderado, mais compreensivo. Ora, são habilidades que eu não possuía e que, seja dito de passagem, só me tornou uma pessoa melhor. Aos responsáveis pelo entendimento que só a vida adulta dá, de poder dizer "Eu errei" e ter forças para consertar, de poder dizer "Eu acertei" com humildade. Não cito nomes!

À minha mãe, pela extrema aceitação de minha pessoa, desde sempre.

A meu pai, pela cordialidade, bondade e apoio à carreira acadêmica.

Às pessoas que contribuíram para as memórias maravilhosas da UFG e pelo período que, infelizmente, não é eterno.

Ao papel A4, pois em muitas ele me permitiu tampar o caderno e me assegurar que aprendi todas as propriedades do que estava estudando.

À Leão, Lipton e Twinings que fabricaram os insumos necessários para sustentar o capital humano exigido para confecção desta dissertação.

Aos chineses que criaram o chá e aos ingleses que o popularizaram, pois larguei o café e preciso de novas fontes de cafeína constantemente.

E aos que sabem que eu não paro aqui, que vou me reinventar outra vez, voltar pela enésima vez das cinzas e remarcar meu espaço.

AGRADECIMENTOS

À prezada professora Dr^a Waleska de Fátima Monteiro pela orientação, destacada por valiosas contribuições, incentivo e partilha de conhecimento que culminaram na elaboração deste trabalho.

Ao ilustre e estimado Prof. Dr. Sandro Eduardo Monsueto pelo conhecimento estatístico e econômico transmitido há, pelo menos, quatro anos, sem o qual jamais teria cursado o mestrado e redigido esta dissertação com autonomia, independência e segurança.

Ao professor Anderson Mutter Teixeira e aos profissionais do mercado financeiro goiano aos quais me indicara, que me proveram a oportunidade de cursar um programa de mestrado e exercer a ocupação de economista ao mesmo tempo, sem interferências de qualquer natureza sobre meu desempenho acadêmico.

À professora Larissa Barbosa Cardoso pelas contribuições em minha trajetória de pesquisador há, pelo menos, três anos, e que gentilmente aceitou contribuir com este trabalho participando da banca avaliadora.

Ao professor Mário Ernesto Piscoya Diaz que forneceu as primeiras referências, ainda em 2016, inspiradoras para a elaboração deste.

Ao Governo Federal que proveu a oportunidade de cursar um programa de mestrado de ponta sem custos.

Aos discentes do grupo de pesquisa de métodos quantitativos em economia social e do trabalho que contribuíram para a geração e consolidação do conhecimento.

SE FOSSE FÁCIL,
NÃO TERIA GRAÇA.

Nando Bolognesi

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. Revisão bibliográfica.....	15
2.1 Estudos empíricos internacionais.....	15
2.2 Estudos nacionais.....	17
3. Metodologia.....	22
3.1 Base de dados.....	22
3.2 Estratégia de identificação.....	26
3.3 Amostra final e variáveis utilizadas.....	28
3.4 Modelos estatísticos.....	29
4. Resultados.....	32
4.1 Resultados descritivos e regressões auxiliares.....	32
4.2 Resultados das regressões de probabilidades.....	38
5. Considerações finais.....	44
Referências bibliográficas.....	46
Anexo I: Resumo da bibliografia empírica internacional.....	49
Anexo II: Comparação das proporções de domicílios em que indivíduos coabitam com os pais, sob a condição de filhos, e a taxa de desemprego do respectivo grupo demográfico, 2002-2015 (%)......	53

Resumo

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2002, um quarto dos brasileiros de 26 a 35 anos de idade estavam na “Geração Canguru” e ainda residiam com os pais, dos quais eram dependentes. Dez anos depois, esta proporção se elevou em mais de 30%. É possível que este crescimento seja motivado por fatores econômicos e que parte destes filhos recorra à extensão do tempo de coabitação com os pais como um mecanismo de elevar o próprio salário de reserva e também de adquirir mais anos de escolaridade, suavizando uma transição à independência domiciliar. Este trabalho propõe colher evidências de um aumento do tempo médio de permanência na casa dos pais e se este aumento está vinculado à situação ocupacional e à demanda por capital humano. Para isso, buscou-se identificar os indivíduos de 18 a 35 anos que deixaram o domicílio dividido com pais, usando dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e regredir a probabilidade de saída contra variáveis de condição de composição da família, ocupação, escolaridade e frequência escolar. Os resultados revelam que os filhos têm alongado o tempo de permanência no domicílio dos pais, especialmente os homens de 26 a 35 anos de idade e que estar desempregado e estudar influem negativamente na probabilidade de saída.

Palavras-chave: coabitação, mobilidade domiciliar, geração canguru

Abstract

Data from Brazilian Institute for Geography and Statistics (IBGE) shown that, in year 2002, one quarter of 26-25-year-old Brazilian adults were “Twixters” and kept living with their parents. Ten years after, this rate rose over 30 percent. It is possible, however, that this growth has been motivated due to economic factors. If so, these young may be extending the time spent coresiding with their parents as a strategy to develop a higher reservation wage or more years of education, smoothing their future transition to household independence. This paper proposes to gather evidences about an increase in average coresidence duration in Brazil and to investigate if increases are related to occupational condition and higher demand for human capital. In this regard, we tempt to detect 18-35 years kids who left parental household using data from Brazilian Monthly Employment Survey (PME) from 2002 to 2015. We then regress the ‘exit probability’ against variables such as household characteristics, occupation, years of education and school/college attendance. We find that Brazilian kids have been extending their average spent time on coresidence, mostly male adults aged 26-35. We also find that being unemployed or attending school/college has a negative impact on quitting coresidence status’ probability.

Keywords: parental coresidence, household mobility, twixters

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BH	Belo Horizonte
EUA	Estados Unidos da América
GMM	Generalized Method of Moments
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IV	Instrumental Variables
MV	Máxima Verossimilhança
n.	Número
OLS	Ordinary Least Squares
p.p.	Pontos percentuais
PDSD	Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PPV	Pesquisa sobre Padrões de Vida
Prob.	Probabilidade
QI	Quociente Intelectual
R\$	Reais brasileiros
Ref.	Referência
s.m.	Salário mínimo
UE	União Europeia
UF	Unidade da Federação
US\$	Dólares americanos
VS	Versus

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Proporções de indivíduos vivendo no domicílio dos pais sob a condição de filhos, sexos e faixas etária – anos.....	35
Gráfico 2	Probabilidades estimadas de estar em domicílio sob a condição de filho nos anos 2010-2015, sexos.....	36
Gráfico 3	Probabilidades estimadas de estar em domicílio sob a condição de filho, homens 2002-2009, 2010-2015.....	36
Gráfico 4	Probabilidades estimadas de estar em domicílio sob a condição de filho, mulheres 2002-2009, 2010-2015.....	37
Gráfico 5	Probabilidades estimadas de sair da casa dos pais, por renda do trabalho dos pais (R\$).....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Bibliografia empírica nacional.....	18
Quadro 2	Tipos de atrito.....	24
Quadro 3	Variáveis utilizadas nos modelos de regressão, extraídas da Pesquisa Mensal de Emprego (2002-2015).....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estatísticas descritivas da amostra final.....	29
Tabela 2	Proporções da população de 18 a 35 anos residente em domicílio sob a condição de filho, por anos de escolaridade formal, 2002-2009 e 2010-2015 (%)......	32
Tabela 3	Proporções da população jovem ou adulta residente em domicílio sob a condição de filhos por Região Metropolitana – sexos e faixas etárias, 2002-2009 e 2010-2015 (%)......	33
Tabela 4	Efeitos marginais estimados das regressões de probabilidade de saída da casa dos pais, segmentadas por gênero e faixa etária.....	38

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem gradativamente experimentado alterações na composição de suas famílias e novos arranjos domiciliares têm adquirido espaço. Tornou-se habitual, por exemplo, ver filhos adultos que permanecem vivendo com os pais normalmente, de algum modo a eles subordinados, mesmo ultrapassados marcos como a conquista de emprego, o matrimônio ou a chegada de filhos. Segundo dados¹ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2002, um quarto dos brasileiros de 26 a 35 anos de idade ainda residiam com os pais. Dez anos depois, esta proporção aumentou mais que 30% e, de cada 100 brasileiros situados naquela faixa etária, 34 ainda usufruíam do domicílio parental no ano de 2012.

Captura bastante interesse das pessoas a emergência destes jovens e adultos que permanecem coabitando com os pais durante mais tempo que aquele de prévio consenso social. Foi capitaneado, muito em veículos de comunicação, o termo “Geração Canguru”, destacando estes indivíduos como um grupo expoente de um problema social. Aos mais enfáticos, os “cangurus” poderiam ser representativos de um diagnóstico social nocivo, suscitado por uma acomodação das novas gerações e sua recusa explícita em adquirir plena independência.

No entendimento da psicologia e da antropologia, o prolongamento do tempo de convivência com os pais pode estar relacionado a uma adolescência tardia e à dificuldade de assumir responsabilidades do mundo adulto. Bunge et al (2012) relacionam adultos que coabitam com os pais a traços de personalidade como dependência, imaturidade, passividade e insegurança. Machado e Predebon (2008) relacionam ao apego aos pais e à resistência em modificar os vínculos familiares, enquanto Gallagher (2013) aponta para a instabilidade, valorização da juventude e pais menos dominantes hierarquicamente.

No entanto, a ciência econômica pode ter outras explicações para este comportamento. Do ponto de vista da escolha racional, coabitar com os pais pode representar uma decisão respaldada em uma relação custo benefício. Do lado dos custos, estender a duração do convívio direto com pais e outros agregados familiares pode acarretar em menor privacidade e menos autonomia. Mas, do lado dos benefícios, as oportunidades de reduzir despesas, gozar de um conforto pré-estabelecido e dedicar menos horas a serviço doméstico podem se contrapor aos custos em algumas ocasiões.

Pode significar uma decisão racional para os filhos jovens e adultos arcar com estes custos temporariamente, tomando no meio tempo decisões que oportunizem uma melhora

¹ Dados obtidos dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

econômica para um eminente momento de mudança. Quando disponível, estender o tempo de convivência com os pais é uma oportunidade de adquirir mais capital humano e também de elevar o salário de reserva², uma vez que o apoio econômico dos pais viabiliza uma busca mais longa por ocupação atrativa (KAPLAN, 2012). Melhorada a própria situação econômica, uma mudança da casa dos pais pode ser mais vantajosa e marcada por uma menor privação de conforto.

Mais do que uma mera escolha de ter mais ou menos conforto, mais ou menos independência, a extensão do tempo de coabitação pode ser entendida também como uma resposta racional a uma deterioração nas condições macro. Filhos podem recorrer a esta estratégia temporária como uma forma de se blindar dos riscos e adversidades econômicas, como altas dos preços habitacionais e redução do poder de compra, restrições no acesso ao crédito e alta do endividamento, desemprego, redução na massa salarial e incerteza econômica (ROGERS; WINKLER, 2014, DETTLING; HSU, 2014, BECKER, 2010).

Em vista disso, é possível que os aumentos recentemente observados na proporção de jovens e adultos brasileiros coabitando com os pais se relacionem a uma mudança no tempo médio de permanência dos filhos na casa dos pais, suscitada por uma resposta racional a maiores adversidades econômicas e por uma maior procura por capital humano.

O objetivo deste trabalho, é, portanto, apurar se a prorrogação do tempo de coabitação com os pais dos brasileiros pode ser entendida como uma resposta racional a mudanças econômicas recentemente vivenciadas. O primeiro objetivo específico é estimar a probabilidade de permanecer no domicílio dos pais e como ela se modificara entre 2002 e 2015. O segundo objetivo específico é avaliar se a decisão de sair da casa dos pais está vinculada com a situação ocupacional e à necessidade de dispendar mais tempo estudando.

Espera-se, com este trabalho, contribuir com a literatura brasileira sobre os arranjos domiciliares em que os filhos jovens e adultos são dependentes dos pais, que ainda é escassa. Os estudos empíricos nacionais ainda se limitam a estimar probabilidades de morar com os pais, usando dados de corte, sem conseguir localizar o domicílio original entre aqueles que já se mudaram, nem quando o efetuaram, tampouco compreender os fatores que influem na decisão de sair de casa. Para o presente trabalho, se propõe usar dados longitudinais e observar o

² Em economia do trabalho, o salário de reserva é entendido como aquele valor mínimo necessário para que um indivíduo aceite assumir um posto de trabalho. Oliveira e Carvalho (2006) mostram que quanto maior o tempo de desemprego, menor o salário de reserva. Monte, Ramalho e Pereira (2011) mostram que quanto maior a idade e a escolaridade, maior tende a ser o salário de reserva.

momento aproximado em que o jovem ou adulto toma a decisão de abandonar o nicho parental, proporcionando uma análise mais precisa.

Esta dissertação está dividida em cinco seções. Na seção 2 exibem-se as contribuições da literatura brasileira e estrangeira sobre a coabitação de indivíduos com os pais. Além disso, os dados longitudinais utilizados e a metodologia aplicada para obter os resultados e atender aos objetivos elencados está explanada na seção 3. Os resultados encontrados são apresentados na seção 4, acompanhados da discussão pertinente. Finalmente, são apresentadas na seção 5 as considerações finais.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo expõe as principais contribuições da literatura relacionadas à coabitação com os pais na idade adulta. A seção 2.1 apresenta as contribuições da literatura estrangeira para o debate, enquanto que em 2.2 é disposto o que a literatura brasileira já desenvolveu até o momento.

2.1 Estudos empíricos internacionais

No que se refere a estudos com abordagens econômicas, a bibliografia empírica internacional em coabitação é vasta, como demonstrado no Anexo I. Os trabalhos investigam a relação entre viver com os pais durante a juventude ou fase adulta e diversos fatores-chaves. Alguns destes fatores são: a influência da configuração da família, a disponibilidade de renda e emprego, os custos de mudar de casa – como os preços de aluguéis e empréstimos – papéis das heranças culturais, dos aspectos geográficos e das instituições do país. Com bastante recorrência, também se identifica o efeito de características individuais sobre as chances de coabitar ou sair da casa dos pais, tais como gênero, cor, idade, grau de escolaridade e renda.

A que primeiro cabe pontuar, existem explicações de natureza econômicas importantes para a extensão do tempo de coabitação de jovens e adultos com os pais. Uma hipótese pertinente a qual enuncia a literatura é que a extensão do tempo de coabitação corresponde a um *risk-sharing* oferecido de forma altruísta pelos pais no sentido de mitigar a incerteza enfrentada pelos filhos adultos no mercado de trabalho. Assim sendo, permanecer ou retornar à casa dos pais constituiria uma resposta racional a uma piora das expectativas de estabilidade na própria trajetória ocupacional. Essa redução, por sua vez, pode ser desencadeada por deteriorações nas perspectivas de crescimento na carreira, diminuições da probabilidade de permanecer empregado ou escassez de garantias da própria realocação em ocupação compatível à anterior em caso de demissão. Becker (2010) mostra que quanto maior é a insegurança dos jovens sobre seus empregos, maior é a probabilidade de coabitação. Também se verifica que uma maior incerteza ocupacional dos pais desencoraja a coabitação.

Acima das perspectivas quanto ao futuro econômico, se constata que a própria dificuldade em conseguir emprego influi na probabilidade de coabitar, o que corrobora com a hipótese de *risk-sharing*. Constata-se que, no geral, quanto maior o desemprego, maior é a probabilidade de viver com os pais. Engelhardt, Eriksen e Greenhalgh-Stanley (2015) encontram um efeito positivo do desemprego sobre a probabilidade de se mudar à residência parental, especialmente no caso dos homens. Identificam, entretanto, que o impacto do

desemprego é menor quando a casa dos pais é de pequeno porte, de baixa qualidade ou não é própria e quando os pais são negros, hispânicos ou têm baixa escolaridade. Bleemer et al (2014) estimam que, nos EUA, um incremento em 1 ponto percentual (p.p.) no desemprego dos jovens eleva a probabilidade de retornar à casa dos pais em 0,2 p.p. Para mais, os autores constroem um contrafactual fixando a taxa de desemprego jovem igual à dos anos 2000, observando que, se o desemprego se mantivesse baixo, as trajetórias de crescimento da proporção de adultos coabitando seria bastante aquém daquela observada nos EUA.

As expectativas e o acesso a oportunidades de trabalho exercem tamanha influência sobre a probabilidade de coabitar com os pais porque, em geral, mudar da casa dos pais exige uma alta disponibilidade e estabilidade de renda para arcar com os novos custos de vida, com destaque aos habitacionais. Uma série de estudos, aliás, explicita que existe uma interação entre os arranjos domiciliares e os preços de habitação. Ermisch (1999) identifica que, no Reino Unido, um aumento dos preços relativos regionais no mercado imobiliário reduz significativamente a efetivação de casamentos, a probabilidade de saída da casa dos pais e, inclusive, propicia a um efeito bumerangue, de volta à unidade parental, significativo. Bleemer et al (2014) estimam que, nos EUA um aumento de um desvio-padrão nos preços de aluguéis eleva a probabilidade de retorno à casa dos pais em 0,37 pp; Rogers e Winkler (2014) estimam que um aumento de US\$ 100 nos preços de aluguel aumenta a probabilidade de viver com os pais em 0,01 p.p.

Nota-se, ainda, que a sensibilidade da probabilidade de coabitar a variáveis econômicas depende de fatores institucionais e do regime econômico adotado. Aasve et al (2001) analisam o caso europeu e argumentam que quanto mais fortes as políticas de *welfare* nos países, menos sensível é a probabilidade de coabitar a variáveis como a renda e o desemprego. Esta seria uma explicação para tamanhas diferenças nas proporções de jovens que coabitam com os pais e no tempo médio de saída da casa dos pais naquele continente: em 1990, 2% dos suecos com mais de 30 anos viviam com os pais, enquanto que para os italianos aquela proporção era de 25%. Segundo os autores, na Suécia e Finlândia, por imperarem regimes de bem-estar social muito marcantes, independentemente do ciclo econômico, os jovens estão expostos a ambientes econômicos com maior equidade e garantias de renda mínima, propiciando condições econômicas para a transferência da casa dos pais já no prelúdio da juventude.

Mais do que a sensibilidade ao ciclo econômico e à existência de um estado de bem-estar social mais pronunciado, esta diferença de proporções entre países pode ser explicada por

questões culturais e pelo peso da família, como instituição, sobre as sociedades. Giuliano (2007) demonstra que em países onde o peso da figura da família é maior, como os do Sul da Europa, a proporção de adultos morando com os pais se elevou substancialmente nas últimas décadas. A gradual mudança no paradigma cultural, associada à consolidação da revolução sexual de 1970, favoreceu a uma maior tolerância dos pais à atividade sexual dos filhos e ao adiamento dos casamentos. Ainda, é mostrado pela autora que as preferências por coabitação dependem do grau de privacidade usufruída na casa dos pais e que uma maior liberdade para trazer amigos e parceiros sexuais a casa reduzem as chances de querer se mudar. Tendo em vista que em determinados países, como a Itália, os laços familiares são tradicionalmente mais fortes, os ganhos de liberdade auferidos no processo de transformação cultural desestimularam a saída do nicho parental. Já em países nórdicos e do Reino Unido, sair cedo da casa dos pais é uma norma social principal e, por isso, a mudança cultural pouco afetou os arranjos domiciliares no tempo.

2.2 Estudos empíricos nacionais

Em contrapartida à discussão internacional, a quantidade de referências brasileiras é bastante limitada. Após pesquisa, foram encontrados três estudos empíricos que tratam especificamente de coabitação de adultos com os pais. Juntamente, reportam-se mais três estudos empíricos que tangenciam a análise da independência domiciliar de jovens adultos no Brasil, sendo incluídos nessa seção. São anunciados aqueles trabalhos no Quadro 1, sendo que os três primeiros estudos dizem respeito a investigações diretas do fenômeno de coabitação domiciliar de filhos na casa dos pais.

Quadro 1: Bibliografia empírica nacional

Estudo	Base de dados	Amostra de indivíduos	Método	Variáveis
Carvalho (2009)	PNAD. 1996, 2006.	15-34 anos. Zonas urbanas.	Logit Faixas etárias e anos.	Sexo, cor, idade, anos de estudo, idade, mãe viva, tipo de município, <i>dummies</i> de região.
Moraes e Rêgo (2017), (2011)³	PNAD. 2009.	18-29 anos. Zonas urbanas.	Logit. Modelo de equações simultâneas em três estágios	Sexo, cor, trabalha, estuda, anos de estudo, idade, idade ao quadrado, faixa de renda, influência financeira na família, estado civil, tipo de habitação, tipo de município, ônus do aluguel, taxas de domicílios alugados, de desemprego e de analfabetismo na UF.
Ciríaco, dos Anjos-Júnior e Moreira	PNAD. 2002-2012.	25-34 anos. Nacional.	Logit. Anos.	Sexo, cor, trabalha, estuda, anos de estudo, idade, idade ao quadrado, número de crianças no domicílio, número de idosos, mãe viva, <i>dummies</i> de UF.
Ribeiro (2008)	PPV, 1996. PDSD, 2008.	12-30 anos. Nordeste e Sudeste.	Logit ordenado. Gêneros.	Grau de escolaridade, faixas de idade, escolaridade do pai e da mãe, qualidade ocupacional do pai, localidade urbana, região.
Leiva e Rios-Neto (2015)	Dados de pesquisa, Fundação João Pinheiro. 2002.	20-29 anos. BH.	Logit binomial hierárquico.	Sexo, anos de estudo, escolaridade dos pais, idade, renda, preço do aluguel, centralidade, acessibilidade e verticalização da moradia.
Ferro, Madeira e Bader (2016)	Sistema de Informações de Crédito do Banco Central; Censo. 2000 e 2010.	Municípios brasileiros	Regressão em dois estágios com variáveis instrumentais e efeitos fixos.	Custo de financiamento habitacional, domicílios per capita, faixas etárias dos moradores, população, renda per capita, saldo de crédito, agências de crédito e empresas per capita, PIB per capita da agricultura, indústria e serviços, <i>dummies</i> de ano e UF.

Elaboração própria a partir dos trabalhos consultados.

Ao apreciar os três primeiros trabalhos sumarizados, nota-se semelhança em bases de dados, em metodologias e até mesmo nas variáveis selecionadas para estimar os modelos. Como utilizam dados de corte, os estudos brasileiros não são capazes de modelar a saída de casa dos pais *per se*. Na escassez daqueles dados, recorrem à melhor alternativa, que é estimar a probabilidade de um jovem ou adulto ainda coabitar com os pais, sob a condição de filho.

Essa literatura confirma, para o caso brasileiro, uma influência importante de aspectos relacionados a papéis de gênero, matrimônio e fecundidade sobre a decisão de um adulto constituir o próprio domicílio. É verificado que as mulheres adultas possuem uma propensão menor de coabitar com os pais em relação aos homens. Ciríaco, dos Anjos-Júnior e Moreira (2016), por exemplo, encontram uma diferença de probabilidades de coabitar com os pais de 12,6 p.p. entre os dois sexos. O fato de as mulheres se casarem e terem filhos mais jovens do que os homens parece ser uma boa justificativa para observar tamanhas diferenças entre

³ Estudo semelhante veiculado anteriormente pelos mesmos autores. O trabalho mais contemporâneo corresponde a um aprimoramento da metodologia do anterior, mas apresentando pontos centrais de discussão distintos.

gêneros. Carvalho (2009) salienta, todavia, que cada vez homens estão prolongando o tempo de vida com os pais, sob a situação de filhos, enquanto as mulheres têm saído mais de casa.

Para além dos costumes e tradições, uma parte dos trabalhos até então veiculados apresenta justificativas de teor mais econômico para o comportamento de permanecer vivendo com os pais. O aumento do custo de vida, enfrentado acima de tudo nas grandes metrópoles, parece ter desestimulado, e em alguma medida, impedido, que filhos jovens e adultos deixem a casa dos pais. Este maior custo de vida é sinalizado, por exemplo, pela baixa oferta de imóveis e pelo alto custo de crédito imobiliário, que se traduzem em maiores preços para compra e aluguel de casas e pela expansão geográfica das grandes cidades, que se traduz em maior distância média de deslocamento, encarecendo o custo de vida.

Morais e Rêgo (2011) associam a manutenção da coabitação e o retardo na formação de novos domicílios nas áreas urbanas brasileiras aos elevados custos de aluguéis. No trabalho se identifica que a probabilidade de um jovem ou adulto ser independente da moradia dos pais é menor quando este mora em uma Região Metropolitana (RM) ou cidade grande. Isso ocorre, segundo os autores, porque os custos de habitação são maiores naquelas localidades. Identificou-se também entre os jovens independentes que a maioria deles não possui casa própria e que é mais prevalente a vida em casa de aluguel formal. Todavia, os resultados apontam que morar em domicílio de situação subnormal está associado a uma probabilidade menor de ser independente, ou seja, os jovens que residem com os pais em casas de qualidade precária têm menor mobilidade.

Não apenas os preços, mas restrições no acesso e alto custo de crédito imobiliário aparentam ter impactos sobre a formação de novos domicílios por jovens e adultos brasileiros. O modelo teórico de Ferro, Madeira e Bader (2016) preveem que jovens que coabitam com muitas pessoas, que possuem alta renda individual e que têm maior facilidade em acessar o mercado de crédito tendem a ter maior utilidade ao adquirir um imóvel, tendendo a formar a própria unidade domiciliar com maior frequência. Das estimativas por modelos de regressão, identificam que um aumento de 100% na oferta crédito eleva em aproximadamente 10% a quantidade de novos domicílios constituídos.

Como discorrido por Leiva e Rios-Neto (2015), além dos custos habitacionais, a infraestrutura e localização na cidade influem na decisão de um jovem se mudar para um novo domicílio por vias de matrimônio ou união similar. Os pesquisadores estimam que um aumento de 1 salário mínimo (SM) no preço de aluguel reduz em 0,012 pontos percentuais (pp.) a

probabilidade de um jovem adulto belo-horizontino estabelecer-se em novo domicílio via união, impacto avaliado como pequeno pelos pesquisadores. Eles destacam, entretanto, que o *status* socioeconômico da localidade e a distância do centro da cidade auferem impactos relevantes sobre a probabilidade estudada.

Protegendo-se destes elevados custos de moradia, enfrentados especialmente nas grandes cidades, muitos jovens podem estender o período de vida com os pais e assim permanecer estudando por mais tempo. A coabitação pode configurar, deste modo, como uma oportunidade de reduzir despesas pessoais e adquirir a qualificação almejada. Esta é uma das explicações para os impactos de escolaridade identificados na literatura, que costumam ser significativos. Os trabalhos de Moraes e Rêgo (2011) e Ciríaco, dos Anjos-Júnior e Moreira (2016) e Leiva e Rios-Neto (2015) identificam que quanto maior é a educação de um indivíduo, maior probabilidade de que ele viva com os pais. Carvalho (2009) encontra impactos diferenciados por período: em 1996, a escolaridade impactava negativa e significativamente a probabilidade de coabitar, tanto para jovens quanto adultos, mas, para o ano de 2006, o coeficiente daquela variável é positivo e significativo para os indivíduos de 15-24 anos de idade e não significativo os de 25-35 anos.

Quanto à escolaridade dos pais, Ribeiro (2008) discorre que a condição social e a escolaridade dos pais revelam fortes assimetrias nas transições ao casamento e à formação de domicílio próprio. Leiva e Rios-Neto (2015) identificam, para a RM de Belo Horizonte, impacto negativo e significativo. Como posto por Ribeiro (2008), embora estas desigualdades tenham se amenizado entre 1996 e 2008, as classes sociais mais elevadas ainda auferem grandes vantagens no tempo médio de mudança da casa dos pais, tendo as jovens ricas, por exemplo, maiores oportunidades de adiarem a maternidade e desenvolverem suas respectivas carreiras.

Complementarmente aos estudos empíricos, também são selecionados alguns trabalhos descritivos e de metodologia de pesquisa qualitativa. Ferreira, Lourenço e Rezende (2008) efetuam pesquisa qualitativa em um município de Minas Gerais e entrevistam adultos de classe média com idade entre 23 e 30 anos de idade, ensino superior completo, renda compatível com a saída da casa dos pais, mas que ainda com eles coabitavam. Destacam que os entrevistados justificaram a permanência na casa dos pais ao maior conforto, à possibilidade de não desempenhar nenhum serviço doméstico, à economia com despesas, à segurança financeira, à oportunidade de poupar dinheiro para investir em qualificação e ao afeto e amparo emocional recebidos dos pais. Reportaram como revés os conflitos recorrentes, a rigidez das normas, o

menor desfrute de privacidade, além da menor liberdade para sair ou trazer parceiros sexuais para casa.

O nível de privacidade usufruído na casa parece ser um fator importante de ponderação na decisão do jovem de permanecer ou não morando com os próprios pais. Henriques (2004), também por metodologia de pesquisa qualitativa, sugere que a recorrente flexibilização das regras de conduta nas casas, a atenuação dos conflitos intergeracionais e a permissão para o sexo na casa dos pais têm contribuído à permanência dos filhos no lar original. Os efeitos da privacidade são corroborados em Carvalho (2009) que, utilizando a densidade de indivíduos por quarto no domicílio como *proxy*, nota que um aumento da privacidade usufruída nos lares brasileiros está associado ao crescimento da proporção de famílias em que há filhos adultos dependentes.

3 METODOLOGIA

Como exposto na seção 1, o primeiro objetivo específico deste presente trabalho é estimar a probabilidade de permanecer no domicílio dos pais e como ela se modificara entre 2002 e 2015. Por sua vez, o segundo objetivo específico é avaliar se a decisão de sair da casa dos pais está vinculada com a situação ocupacional e à necessidade de dispendir mais tempo estudando. Para atingir estes objetivos, a estratégia de identificação selecionada constitui em recorrer a uma amostra de domicílios representativa da população, acompanhá-los durante um espaço de tempo e verificar em quais deles houve filhos deixando de morar com pais.

Este capítulo é estruturado em três partes. Na subseção 3.1 o leitor pode conhecer a base de dados escolhida e seus aspectos mais importantes, enquanto que uma seção 3.2 detalha a amostra de indivíduos selecionada. Os procedimentos estatísticos aplicados para obter os resultados são descritos na seção 3.3.

3.1 Base de dados

Posta a necessidade de avaliar a mobilidade domiciliar de jovens e adultos brasileiros, recorre-se a uma amostra representativa de domicílios brasileiros rastreável no tempo. Com os devidos tratamentos, os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) guarnecem das informações requeridas e possibilitam um acompanhamento de indivíduos por um tempo relativamente curto, de pouco mais que cinco trimestres, mas suficiente para captar o momento em que alguns jovens e adultos se mudam da casa dos pais.

A PME é uma pesquisa domiciliar mensal conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1980 e 2016 nas áreas urbanas das Regiões Metropolitanas (RM) de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte. A pesquisa acompanha uma amostra aleatória de domicílios por meio de entrevistas com moradores em que se coletam informações básicas sobre os indivíduos com mais de dez anos de idade. A PME levanta aspectos de trabalho e atividade econômica da população brasileira, além de informações complementares sobre características da população e educação. Em sua história, passou por algumas reformulações⁴ e a estrutura da edição de março de 2002 foi mantida até a sua descontinuidade, em fevereiro de 2016.

⁴ Para um conhecimento mais aprofundado sobre as edições e reformulações da pesquisa – Piloto pré 1982, PME antiga e PME nova – recomenda-se consulta de Riba e Soares (2008). A partir deste ponto do texto, sempre que se mencionar “PME”, pede-se a associação estrita à nova PME, adotada como referência desde março de 2002.

No que diz respeito ao plano amostral, a PME utiliza uma amostra probabilística de domicílios estratificada em dois estágios. A primeiro momento, seleciona-se um setor censitário, dentre aqueles compreendidos nas 6 RM e em seguida é escolhido aleatoriamente um domicílio para receber entrevistas. Os pesos das probabilidades são proporcionais ao total de domicílios ocupados, obtido por Censo Demográfico. Selecionados domicílios representativos da população das RM brasileiras, são encaminhados entrevistadores que obtém presencialmente informações sobre os moradores.

Na PME, um entrevistador qualificado visita uma família oito vezes, mês a mês. Mais que enriquecer a pesquisa, a repetição de entrevistas mensalmente auxilia na consistência dos dados e garante que variações nas informações não sejam causadas pela troca de informantes (RIBAS; SOARES, 2008). Todavia, retornar informações seguidamente pode cansar os entrevistados e provocar desgaste. Para reduzir este tipo de desgaste, na PME a unidade domiciliar passa por um hiato de 8 meses entre a quarta e quinta entrevistas. Sendo assim, os membros da casa respondem às mesmas perguntas por 4 meses, ficam 8 meses sem receber visitas e voltam a receber o entrevistador por mais 4 meses, em rodadas 4-8-4. Este esquema é ilustrado na Figura 1:



Elaboração própria.

Figura 1: Esquema de entrevistas da PME

Posto isso, é possível construir um painel com os dados e acompanhar uma mesma observação por 16 meses, notado *missings* intermediários. Embora não balanceado, o painel da PME viabiliza a estimação de transições e o acompanhamento longitudinal de um conjunto de observações (RIBAS; SOARES, 2018). Algumas das aplicações possíveis consistem em avaliar mudança de ocupação de um indivíduo, alterações na composição e renda das famílias, estágios da procura por trabalho, etc.

É essencial pontuar que a PME localiza um mesmo domicílio, e não uma mesma família, e que na hipótese de mudança de endereço, o entrevistador não acompanha o núcleo na nova localização. Inusitadamente, a PME acompanha um mesmo domicílio, independente de quem o habite: se uma família se muda de uma habitação e uma nova se estabelece em seu lugar, o entrevistador da PME seguirá o curso de entrevistas agora com a nova família. As rodadas prevalecem, independente de quem ocupa o domicílio mês a mês. De mesmo modo, se apenas

um dos componentes da família se transfere para outra unidade habitacional, ele não pode ser seguido em seu novo endereço. A partir daquele momento a observação referente ao membro que se mudou, ou que em decorrência de qualquer fortuito não mais concede respostas à pesquisa, restará em branco.

Podem acabar por ser interrompidas as coletas de dados no tempo de determinados indivíduos, não apenas por motivo de mudança, sinistro e não localização de potenciais informantes no endereço, mas também se os entrevistados se recusarem a permanecer fornecendo informações. Assim sendo, constata-se que a PME está exposta a perdas importantes de observações no tempo em decorrência destes eventos e podemos denominá-las de “atritos” no momento do estabelecimento do painel (RIBAS; SOARES, 2008).

Dada essa e outras potenciais dificuldades, organizar os dados coletados na pesquisa, emparelhar a base e construir um painel oferece desafios relevantes. A PME não reporta variável de código do indivíduo, cabendo à dedução a cada mês sobre quem corresponde a quem na família. Para isso, apela-se a identificar outras variáveis para tentar estabelecer a identidade e construir os painéis. A suposição da identidade mensalmente pode ser dificultada se houverem inconstâncias nas informações reportadas, gerando o risco de não poder mais acompanhar uma mesma pessoa se ela declarar informações erroneamente.

Ribas e Soares (2008) definem tal inconsistência nas informações declaradas como análogas a um atrito, um pseudoatrito da PME. Para esclarecer melhor os três tipos de atrito com que se pode defrontar ao utilizar a PME, foi elaborado o Quadro 2:

Quadro 2: Tipos de atrito

Tipo	Fonte do atrito
Atrito domiciliar	Toda a família saiu da pesquisa antes do tempo previsto, por motivo de mudança ou recusa a permanecer fornecendo informações.
Atrito individual	Um dos membros da família saiu da pesquisa antes do tempo previsto, por motivo de mudança, recusa à permanência na pesquisa, sinistro, falecimento ou impossibilidade de localizá-lo novamente por outro motivo.
Pseudoatrito	Impossibilidade de emparelhar o indivíduo ao longo dos meses por inconsistência das observações colhidas no tempo. A observação existe, mas não há como localizar o indivíduo mensalmente, distinguindo quem é quem no domicílio.

Elaboração própria a partir de Ribas e Soares (2008).

As perdas observacionais acarretadas por inconstâncias costumam ser grandes e, se ignoradas, podem inviabilizar a confiança em resultados obtidos. Tais dificuldades podem ser minimizadas se adotadas reprogramações nas bases brutas que tornem a localização do

indivíduo mais poderosa e aumentem a eficiência de usar a PME sob o ponto de vista prático. Para o caso deste presente estudo, são executadas as ações recomendadas por Ribas e Soares (2008) em um algoritmo de emparelhamento que minimiza o atrito domiciliar e individual referente a inconsistências de informações individuais. Além disso, ajuda a identificar os domicílios em que há a troca de toda a família, dado que a PME segue um mesmo domicílio independente de quem nele habite.

Resumidamente, o processo de emparelhamento consiste em criar uma variável de código do indivíduo, uma variável se a pessoa foi identificada na pesquisa seguinte e uma variável se a pessoa foi identificada na pesquisa anterior. São efetuados repetidos *loops* para localizar um indivíduo com características semelhantes durante os períodos, inclusive se ele deixa de responder a entrevista durante alguns meses, mas retorna a fornecer respostas no tempo total contemplado pela PME. Criam-se bandas de tolerância para determinadas variáveis, que são hierarquizadas, e emparelham-se os indivíduos seguidamente em *loops*. Sempre que não se consegue emparelhar os indivíduos de um domicílio com um dado rigor, o *loop* é reexecutado buscando emparelhar com critérios de rigor ligeiramente inferior. Estes procedimentos minimizam a probabilidade de cometer erros de emparelhar dois indivíduos diferentes⁵.

Efetuada o emparelhamento, adquire-se uma base com os dados de indivíduos no decurso das 8 entrevistas. Estas observações são *linkadas* pela variável de código do indivíduo que facilita o acompanhamento no tempo da população de interesse. Depara-se com eventuais *missings* de observações, originados em parte de famílias que se mudaram ou se desligaram por conta própria da família, mas também *missings* de informações sobre indivíduos, sem que coletas do restante da família tenham experimentado interrupções. Estes *missings* individuais podem resultar de i) indivíduos que declararam informações com inconsistências tão gritantes que nem algoritmos avançados tiveram êxito em localizar; ii) indivíduos que decidiram não mais autorizar serem entrevistados ou obterem suas informações; iii) indivíduos que se mudaram para outro local, sem carregarem consigo todo o restante da família.

⁵ Os critérios de emparelhamento são combinados para melhor aproveitar o *tradeoff* Rigor VS Precisão definido pelos desenvolvedores. São combinados até 8 procedimentos que garantem bandas de tolerância a diferentes variáveis, a saber: data de nascimento, escolaridade e idade presumida, além de variáveis de sexo, número de ordem e condição no domicílio. Ainda, são organizados por ordem decrescente de rigor e diferem entre chefes e não chefes de domicílio. Como maiores explicações sobre os critérios podem ser exaustivas, recomenda-se consulta à página 20 do *paper* original que apresenta o algoritmo: Ribas e Soares (2008).

São justamente estes *missings* que serão utilizados para obter uma *proxy* dos jovens e adultos que deixam a casa dos pais para estabelecerem a própria unidade domiciliar. Esta estratégia de identificação é detalhada com maior empenho na imediata seção 3.2.

3.2 Estratégia de identificação

A população de interesse neste estudo é de jovens e adultos brasileiros que estavam em algum momento dividindo moradia com um ou ambos os pais, subordinados a eles econômico ou hierarquicamente. Como período, se adotou os anos de 2002 a 2015. Intenta-se verificar se no curto prazo, alguns destes filhos, efetuam transição para domicílio independente. Para isso, alguns procedimentos foram adotados sobre os painéis gerados nos microdados da (PME).

O primeiro procedimento efetuado foi manter na base somente domicílios em que na 1ª entrevista se registrou jovens ou adultos com idade entre 18 e 35 anos. Da mesma forma, deveriam estar em condição no domicílio declarada de “Filho”, e não chefes, cônjuges, agregados, etc. Esta medida visa aproximar a seleção a indivíduos dependentes dos pais.

O segundo procedimento efetuado foi tentar acompanhar estes indivíduos no momento da 5ª entrevista, ou seja, 12 meses depois. A intenção é manter somente os indivíduos que permaneceram no mesmo domicílio ou se mudaram desacompanhados dos pais. Por isso, os domicílios atritados entre a 1ª e 5ª entrevista são excluídos.

Subsequentemente, busca-se acompanhar os filhos e avaliar se, a partir de certo momento, ocorre a sua presumida mudança de domicílio. Por exemplo, se um filho podia ser localizado na 1ª entrevista, mas não mais na 5ª. Desta maneira, é criada uma variável binária que assume valor 1 se o jovem é localizado 12⁶ meses, e valor 0 se ele não é localizado junto a sua família com mesmo tempo corrido.

Para reduzir as chances de cometer equívocos, atenta-se à possibilidade de filhos se mudarem de domicílio acompanhados de um dos pais, em razão, por exemplo de divórcio. Por este motivo, observações em que um indivíduo sai da pesquisa, mas também sai o chefe ou cônjuge são descartadas, tal como é feito naquelas ocasiões em que toda a família sai da pesquisa antes do tempo predeterminado.

⁶ A seleção de um período de 12 meses ocorreu durante o desenvolvimento dos resultados deste trabalho. Fora identificado que recorrer à 16ª entrevista gerava resultados semelhantes aos da 12ª, contudo, com o agravo de elevar em demasia o atrito domiciliar e o pseudoatrito.

Esta estratégia aparenta ser a melhor disponível, mas é indispensável elencar as suas limitações. Primeiro, pode erroneamente assinalar algumas saídas de indivíduos que, *a priori*, não se mudaram da casa dos pais, mas não podem mais serem identificados por entrevistas. Isso ocorre porque, na prática, a *proxy* adotada corresponde a observações de filhos que sofreram atrito sem que o chefe de família ou seu cônjuge tenham também sido atritados. Por isso, podem ser tratadas equivocadamente aquelas observações em que indivíduos deixaram de ser localizados ou suas observações pararam de ser computadas por um motivo alheio ao de mudança permanente de endereço. É modelado um atrito que não pode ser distinguido: se é real ou decorre simplesmente da incapacidade do algoritmo *linkar* as observações no tempo, e, se for real, se decorre efetivamente por mudança de endereço.

Segundo, pode toda a família se mudar, mas para localidades divergentes. Há possibilidade, por exemplo, de um filho efetuar transição para domicílio próprio ao mesmo tempo que os pais acham mais conveniente passar a ocupar uma casa menor, ambos se mudando ao mesmo tempo, outrora para unidades domiciliares distintas. Isso não pode ser captado e naquele caso as respectivas observações seriam equivocadamente ignoradas. Ainda, a análise é refém da duração da Pesquisa Mensal de Emprego, que é de 16 meses para cada observação. Os resultados se restringem ao curto prazo e um acompanhamento ao longo do ciclo de vida não pode ser executado, limitando os resultados.

Finalmente, as estimativas podem apresentar algum viés. Como as observações referentes a domicílios que saem espontaneamente da pesquisa são descartadas e o mesmo procedimento se efetua a indivíduos que não conseguem ser emparelhados, não há garantias que a seleção das observações é aleatória. Ribas e Soares (2010) exemplificam que determinados grupos populacionais podem possuir elevadas mobilidades geográficas em detrimento de outros, fazendo deles sub-representados na amostra de domicílios não atritados da PME. Não obstante, não pode ser desprezada a possibilidade de viés no atrito causado por recusa de continuar a participar na pesquisa, podendo diferir a depender do nível de escolaridade, da renda e da localização geográfica. Podem ainda as inconsistências nas informações prestadas no momento das entrevistas serem associadas à baixa instrução, à idade dos moradores, dentre outras características observáveis.

3.3 Amostra final e variáveis utilizadas

Após as recodificações descritas na subseção anterior, obteve-se a base final composta por 134.655 observações de jovens ou adultos, contemplando um período de 14 anos e abrangendo cinco Regiões Metropolitanas brasileiras. Da base de dados, obtém-se as seguintes variáveis, apresentadas no Quadro 3:

Quadro 3: Variáveis utilizadas nos modelos de regressão, extraídas da Pesquisa Mensal de Emprego (2002-2015).

Nome	Descrição da variável
Saída	Como descrito na seção 3.2, assume valor 1 caso se presuma que o filho saiu do domicílio desacompanhado dos pais, e 0 caso se presuma-se sua permanência.
Sexo	Sexo do filho.
Idade	Idade do filho em anos.
Filho único	Binária de filho único domicílio. Assume valor 1 se não existia no mesmo domicílio, no momento da 1ª entrevista, nenhum outro indivíduo sob a condição de filho.
Filho frequenta escola	Binária. Assume valor 1 se o filho no momento da primeira entrevista frequentava escola, curso, pré-vestibular ou ensino superior (graduação ou pós graduação).
Filho ocupado	Binária. Assume valor 1 se o filho era economicamente ativo e possuía ocupação remunerada na primeira entrevista, 0 caso economicamente inativo ou desocupado.
Presença de criança	Binária. Assume valor 1 se há criança menor de 5 anos de idade no mesmo domicílio que o filho. Não descreve a filiação da criança ⁷ .
Presença de pai	Binária. Assume valor 1 se o pai (ou correspondente ⁸) vivia no domicílio.
Educação do filho	Variável categórica. Anos de escolaridade formal do filho: (0) menos que 8 anos; (1): 8 a 10 anos (referência); (2): 11 a 14 anos e (3): 15 ou mais anos.
Educação / presença de mãe	Variável categórica. Se inexistia mãe ou correspondente ⁸ no domicílio, assume valor (0). Caso exista: (1) menos que 8 anos; (2): 8 a 14 anos (referência); (3): 15 ou mais.
Idade da mãe	Idade da mãe (ou correspondente ⁸) em anos.
Renda dos pais	Soma das rendas do trabalho ⁹ do chefe e cônjuge do domicílio. Variável deflacionada por INPC, referência: março/2016.
Região Metropolitana	Variável categórica de Região Metropolitana: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo (referência) e Porto Alegre.
Ano	Variável categórica de ano da primeira entrevista. 2002 a 2015 (referência).

Elaboração própria.

⁷ A variável em questão não é capaz de definir se a criança é descendente do filho, de irmãos, do chefe, cônjuge ou outro agregado. Não é possível acessar esta informação no conjunto de dados utilizado, haja vista a não captação da filiação diretamente pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

⁸ As binárias de presença de pai ou mãe representam outra limitação da base – não existe nos microdados variável que denote a relação de parentesco entre o cônjuge do chefe e o filho. Por isso, denotou-se simplesmente o cônjuge como o outro responsável pelo jovem ou adulto.

⁹ A PME capta apenas renda do trabalho principal e, se houver, do secundário. Por esta razão, rendimentos de pensões, aposentadorias, juros, aluguéis, programas sociais, transferências e doações não estão inclusos.

Tabela 1: Estatísticas descritivas da amostra final

Variáveis discretas					
Variável	Total	Proporção (%)			
		18 a 25 anos		26 a 35 anos	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Filho saiu em até 12 meses	15,82	13,31	14,16	19,62	18,03
Filho permaneceu em 12 meses	84,18	86,69	85,84	80,38	81,97
Filho único no domicílio	24,54	19,75	20,11	31,05	31,50
Existência de ao menos um irmão no domicílio	75,46	80,25	79,89	68,95	68,50
Filho frequenta escola, curso ou ensino superior	29,64	37,30	41,30	14,50	16,33
Filho não estuda	70,36	62,70	58,70	85,50	83,67
Filho possui ocupação remunerada	62,98	61,15	50,49	76,60	69,15
Filho desempregado ou economicamente	37,02	38,85	49,51	23,40	30,85
Presença de menor de 5 anos no domicílio	24,98	21,81	18,01	18,52	32,63
Ausência de menor de 5 anos no domicílio	75,02	78,19	81,99	81,48	67,37
Presença de pai	67,62	72,33	70,66	62,74	61,06
Ausência de pai	32,98	27,67	29,34	37,26	38,94
Filho tem menos de 8 anos de escolaridade	16,68	15,88	8,78	19,12	11,19
Filho tem entre 8 e 10 anos de escolaridade	19,54	27,07	20,40	15,31	10,78
Filho tem entre 11 e 14 anos de escolaridade	57,23	54,56	66,36	51,13	55,11
Filho tem 15 ou mais anos de escolaridade	9,56	2,49	4,46	14,44	22,92
Mãe presente, menos de 8 anos de escolaridade	47,28	45,02	43,42	52,2	51,06
Mãe presente, 8 a 14 anos de escolaridade (ref.)	38,89	41,6	43,02	33,78	34,18
Mãe presente, 15 ou mais anos de escolaridade	8,87	8,97	9,47	8,33	8,44
Ausência de mãe no domicílio	4,96	4,40	4,08	5,69	6,33
Variáveis contínuas					
Variável e grupo	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Idade do filho					
Total	24,06	23	4,65	18	65
Homens 18-25 anos	20,81	21	1,980	18	25
Mulheres 18-25 anos	20,75	21	1,977	26	35
Homens 26-35 anos	28,75	29	2,997	18	25
Mulheres 26-35 anos	28,89	29	3,042	26	35
Idade da mãe					
Total	48,81	50	13,60	0	106
Homens 18-25 anos	45,90	47	11,87	0	91
Mulheres 18-25 anos	46,13	47	11,55	0	106
Homens 26-35 anos	52,63	55	14,68	0	95
Mulheres 26-35 anos	52,88	55	15,39	0	101
Renda do trabalho dos pais (R\$)					
Total	2.036,77	938,33	4.192,92	0,00	189.848,10
Homens 18-25 anos	2.309,63	1.192,08	3.976,84	0,00	189.848,10
Mulheres 18-25 anos	2.349,98	1.193,69	3.920,26	0,00	165.159,80
Homens 26-35 anos	1.621,47	534,07	2.349,98	0,00	130.674,60
Mulheres 26-35 anos	1.615,75	510,26	4.280,70	0,00	189.848,10

Elaboração própria.

3.4 Modelos estatísticos

A decisão de saída da casa dos pais tomada pelo filho é modelada por uma regressão de probabilidades do tipo *probit*. A probabilidade do filho i efetuar transição para domicílio independente no intervalo de 12 meses é definida como:

$$Y_i^* = \beta X_i + u_i \quad (1)$$

sendo Y_i^* um vetor da variável dependente, *Saída*, que assume valor 1, se o indivíduo i efetuou a transição presumida e valor 0 caso ele tenha permanecido no mesmo domicílio; X é uma matriz contendo as variáveis explicativas (apresentadas no Quadro 3) e u é o termo de erro estocástico normalmente distribuído com média zero e variância σ^2 . A Função de Distribuição de Probabilidade de (1) é dada por:

$$Prob (Saída_j = 1) = Prob (u_i > \beta' X_j) - F(-\beta' X_i) \quad (2)$$

$Prob (Saída_j = 1)$ é a probabilidade de sair de casa desacompanhado dos pais em até 12 meses e F a função de distribuição cumulativa do erro.

Os coeficientes no modelo *probit* são estimados por Máxima Verossimilhança (MV). Como são não-lineares, os modelos *probit per se* fornecem, a rigor, pouca informação. Para fornecer uma estimativa de impactos médios, os coeficientes são apresentados como efeitos marginais para variáveis contínuas e discretas. No caso da variável de renda dos pais, convém também ilustrar com previsões de probabilidade, contornando as dificuldades de uma previsão de impacto linear para esta variável contínua.

Outro problema importante a ser controlado é que, como presumivelmente se diferem as transições entre os dois sexos, uma estimação homogênea para homens e mulheres podem fornecer resultados inconclusivos. Isto também pode ocorrer entre faixas etárias muito diferentes, podendo os mais jovens ser afetados por um conjunto de fatores em dimensão diferenciada ou mesmo podendo os impactos ser inversos entre os filhos mais jovens e os mais maduros. Em ciência de possíveis diferenças de impactos, optou-se por estimar modelos separados pelos critérios de sexo e a faixa etária.

Por isso, o modelo descrito em (1) é estimado para quatro subgrupos da amostra de indivíduos: i) homens entre 18 e 25 anos de idade; ii) mulheres entre 18 e 25 anos de idade; iii) homens entre 26 e 35 anos de idade e iv) mulheres entre 26 e 35 anos de idade.

Um outro conjunto de estimativas é fornecido ao leitor, mas com caráter estritamente descritivo, não utilizado para inferência. Trata-se de um *probit* polinomial de terceira ordem:

$$Z_i^* = \beta (Idade_i + Idade_i^2 + Idade_i^3) + u_i \quad (3)$$

em que Z_i^* é a probabilidade de um indivíduo entre 18 e 35 anos esteja sob a condição de filho, assumindo valor e 0 caso o indivíduo seja chefe, cônjuge de chefe, agregado ou qualquer outra condição no domicílio exceto “filho”. Estas estimativas são utilizadas para

ilustrar e apresentar estimativas mais suavizadas sobre variações entre homens e mulheres e entre as décadas de 2000 e 2010 no que tange a viver com os pais.

Os resultados obtidos pelo método apresentado nesta seção se encontram na seção 4.

4. RESULTADOS

Esta seção está dividida em duas subseções. Na subseção 4.1 reportam-se os resultados descritivos e as regressões logísticas polinomiais auxiliares, com finalidade mais descritiva. Encarrega-se à seção 4.2 a apresentação dos impactos estimados pelo modelo de regressão formal, apropriado para inferência.

4.1 Resultados descritivos e regressões auxiliares

Em primeiro momento, esta seção apresenta as estatísticas descritivas mais relevantes para melhor entender a proporção de jovens e adultos coabitando com os pais. Optou-se, inicialmente, por segregar os jovens e adultos brasileiros por grau de escolaridade e verificar quantos deles ainda residiam com os pais para o conjunto de dados disponíveis¹⁰ referentes às décadas de 2000 e 2010.

Tabela 2: Proporções da população de 18 a 35 anos residente em domicílio sob a condição de filho, por anos de escolaridade formal, 2002-2009 e 2010-2015 (%)

Anos de escolaridade	2002-2009	2010-2015
3 anos ou menos	31,0	41,0
4 a 7 anos	29,1	31,6
8 a 10 anos	43,5	44,1
11 anos	51,0	44,8
12 a 14 anos	70,1	65,4
15 anos ou mais	48,2	47,4
TOTAL	46,4	47,4

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego. Elaboração própria.

Como revela a Tabela 2, as diferenças de proporções são muito acentuadas quando comparados os grupos por anos de escolaridade. No geral, essa tendência é maior entre aqueles que detêm menos anos de estudo, sendo exceção apenas os extremos (3 ou menos e 15 ou mais anos). Ou seja, entre os grupos de maior escolaridade, mais filhos jovens e adultos vivem com os pais. O pico se dá entre aqueles filhos que têm nível de instrução cursando Ensino Superior ou incompleto, sendo que a maioria deles coabitava com os pais nos dois conjuntos de períodos analisados.

Além de expor que a maior parte dos filhos que têm entre 12 e 14 anos de estudo e moram com os pais, os dados mostram uma redução forte das proporções entre aqueles que já

¹⁰ Para tornar o texto mais simples, se chamará 2002-2009 por “década de 2000” e 2010-2015 por “década de 2010”. Note que os anos de 2000 e 2002 não estão na PME e que esta é encerrada em fevereiro de 2016, mês com o qual, juntamente a janeiro de 2016, se optou por descartar da amostra, motivado por receio de que atipicidades relativas ao fim da pesquisa interferirem nos dados e resultados obtidos.

completaram o Ensino Superior. Tratando em específico da primeira metade da década de 2010, 65,4% dos jovens com 12 a 14 anos de escolaridade residiam com os pais, enquanto que apenas 47,4% dos jovens com 15 ou mais anos estavam sob a mesma condição. Esta variação é muito acentuada, de 18 pontos percentuais (p.p.) ou 27,5%.

Comparando as proporções de jovens e adultos que vivem com os pais entre as duas décadas, é notado certo crescimento entre aqueles indivíduos de escolaridade mais baixa. A partir dos 11 anos de escolaridade, todavia, se registra crescimento entre as duas décadas. Entretanto, entre os indivíduos que têm entre 12 a 14 anos de escolaridade, registrou-se queda entre 2002-2009 e 2010-2015.

Apesar da redução acima constatada, os dados não sugerem, todavia, contradição à hipótese da extensão do tempo de coabitação com os pais como estratégia individual para estudar mais. Primeiro, cabe reforçar que a maior parte dos filhos com 12-14 anos, ou seja, que estão cursando faculdade ou têm Superior incompleto, estava coabitando com os pais. Em segunda colocação, a variação intragrupos (11 e 12-14 anos) aumentou se comparados os dois períodos: 19,1 p.p. (37,4%) para a década de 2000 e 20,6 p.p. (46,0%) para a de 2010.

O aumento da quantidade de jovens e adultos de baixa escolaridade vivendo com os pais contrabalanceia a redução associada àqueles mais instruídos, gerando um pequeno aumento na proporção total se comparadas às duas décadas. Em termos relativos, houve crescimento de 2%.

O crescimento elencado acima, no entanto, foi mais forte entre alguns grupos e faixas etárias específicas. Para demonstrar isso, se constituiu a Tabela 3, apresentando os dados desagregados desta vez para sexos, grupos etários e RM:

Tabela 3: Proporções da população jovem ou adulta residente em domicílio sob a condição de filhos por Região Metropolitana – sexos e faixas etárias, 2002-2009 e 2010-2015 (%).

Região Metropolitana	2002-2009				2010-2015			
	18-25 anos		26-35 anos		18-25 anos		26-35 anos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Recife	74,6	64,3	37,1	32,0	70,2	61,3	38,2	31,8
Salvador	73,6	64,7	35,5	29,4	70,5	62,9	38,1	33,2
Belo Horizonte	77,2	68,0	37,7	30,0	75,7	68,1	40,6	32,3
Rio de Janeiro	75,4	65,4	34,4	28,2	73,4	64,4	35,9	29,4
São Paulo	74,9	65,3	30,5	25,1	74,9	66,8	36,8	30,7
Porto Alegre	70,9	58,2	27,8	21,1	69,4	58,3	29,8	23,0
TOTAL	74,8	64,8	32,9	27,1	73,5	64,9	36,6	30,2

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego. Elaboração própria.

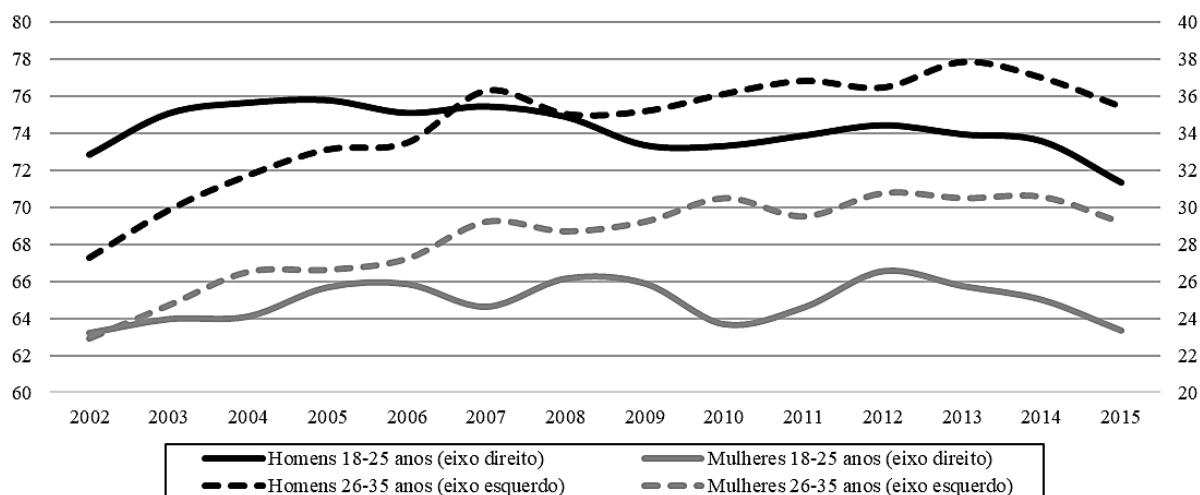
Os dados da Tabela 3 mostram disparidades das proporções de jovens vivendo sob a condição de filhos entre as Regiões Metropolitanas brasileiras, entre sexos e faixas etárias. Enquanto mais de 75% dos rapazes entre 18 e 25 anos de Belo Horizonte residiam com os pais na primeira metade da década de 2010 sob a condição de dependentes, em Porto Alegre a mesma proporção é de menos de 70%. Porto Alegre, aliás, é a RM dentre as listadas com menores proporções para ambos os sexos, ambas as faixas etárias e ambos períodos.

As discrepâncias de proporções de adultos vivendo com os pais entre as RM podem ser reflexo de diferenças características da população e contexto econômico, mas também de distinções culturais manifestadas entre as regiões. Giuliano (2007) mostra que o peso e centralidade da instituição familiar sobre os costumes são importantes explicações para diferenças entre localidades. Pode ser que nas famílias mineiras e nordestinas, por exemplo, o papel mais forte da família implique em uma maior proximidade e tendência a passar mais tempo coabitando com os pais.

Se comparados os dois períodos delimitados, nota-se um crescimento da quantidade de filhos coabitando com os pais, especialmente entre os mais velhos. Em termos relativos, houve crescimento médio de 11% para ambos os sexos entre os anos 2002-2009 e 2010-2015. Entre os homens, houve crescimento em todas as RM listadas e, entre as mulheres, registrou-se apenas uma pequena queda de 0,2 pontos percentuais para Salvador. A região que mais registrou crescimento na faixa etária de 26 a 35 anos foi a de RM de São Paulo, 20,7% para homens e 22,3% para mulheres.

O Gráfico 1 mostra a evolução das proporções de adultos vivendo com os pais para cada ano, de 2002 a 2015. Os mais jovens (18-25 anos) são posicionados no eixo direito, enquanto os mais velhos (26-35 anos) no eixo esquerdo:

Gráfico 1: Proporções de indivíduos vivendo no domicílio dos pais sob a condição de filhos, sexos e faixas etária – anos (%).



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego. Elaboração própria

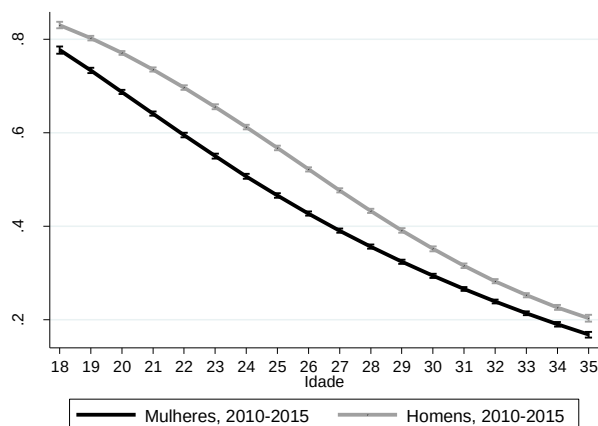
O Gráfico 1 reforça a constatação de uma tendência de crescimento para as proporções associadas aos filhos mais velhos, de 26 a 35 anos de idade. Em 2002, o valor percentual correspondia a 27,3 para os homens e 22,9 para as mulheres, chegando à máxima de 37,8 e 30,5 respectivamente em 2013. Já entre os filhos mais novos, de 18 a 25 anos, certifica-se uma tendência à estabilidade associada às mulheres e leve declínio associado aos homens.

O Anexo II deste trabalho apresenta as mesmas taxas comparadas com a taxa de desocupação dos respectivos grupos demográficos. O único grupo com o qual se detectara, visualmente, alguma relação entre as duas séries fora o dos homens mais jovens, de 18-25 anos¹¹. É possível, portanto, que a pequena queda na quantidade de filhos jovens vivendo com os pais entre 2002 e 2014 se vincule a mudanças nas condições do mercado de trabalho para estes indivíduos. Becker (2010), Kaplan (2012) e Bleemer et al (2014), por exemplo, mostram que o desemprego influi negativamente na probabilidade de sair do domicílio dos pais.

Para melhor ilustrar as diferenças na propensão a coabitar entre homens e mulheres por idade, são construídas regressões polinomiais de terceira ordem, com finalidade apenas descritiva. A variável dependente é a probabilidade de ser filho e as independentes são idade, idade ao quadrado e idade ao cubo. O Gráfico 2 explicita as probabilidades previstas para homens e mulheres entre 2010 e 2015:

¹¹ Dado que uma análise de causa-efeito entre a taxa de desemprego e a proporção de coabitantes na população exige outras metodologias que fogem do escopo e metodologia do presente trabalho, como análise de séries temporais e construção de modelos estruturais, análises muito profundas sobre uma inter-relação entre as duas variáveis em questão são propositadamente ausentes neste presente trabalho. Isto proposto, aliás, como sugestão de trabalhos futuros na seção 5.

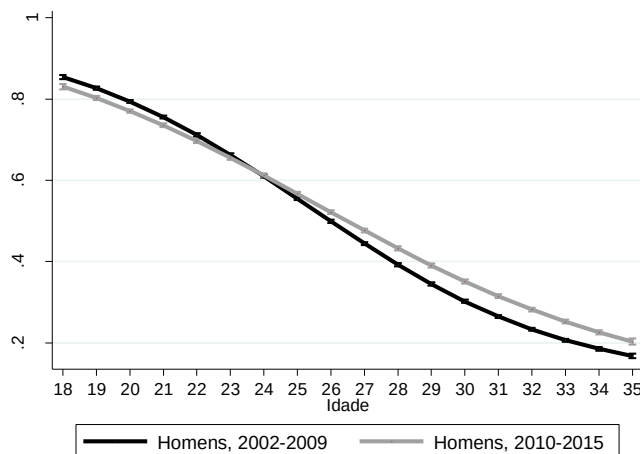
Gráfico 2: Probabilidades estimadas de estar em domicílio sob a condição de filho nos anos 2010-2015, sexos.



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego. Elaboração própria. Intervalo de confiança 95% entre barras.

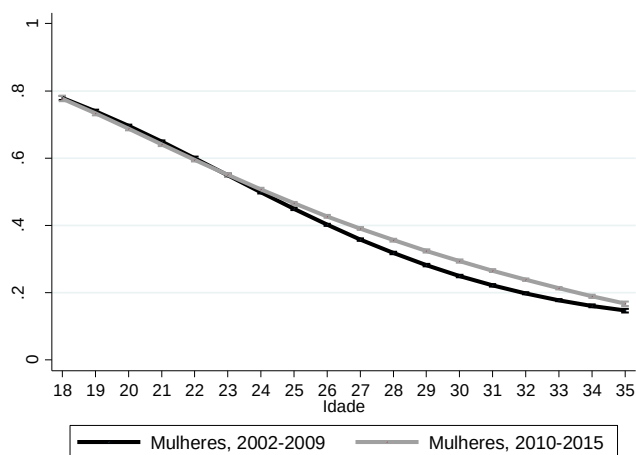
Visualizando o Gráfico 2, verificam-se grandes diferenças de proporções entre os dois sexos. Particularmente a diferença entre homens e mulheres se acentua entre os 22 e 26 anos, provavelmente por diferenças nas idades médias de casamento. Após os 30 anos, estas diferenças se estabilizam. Mello et al (2004) asseertoam que mulheres tendem a efetuar transição à vida adulta pelo menos 3 anos antes que homens. Também, avaliaram-se diferenças entre épocas para cada sexo, como expresso nos Gráfico 3 e 4.

Gráfico 3: Probabilidades estimadas de estar em domicílio sob a condição de filho, homens 2002-2009, 2010-2015.



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego. Elaboração própria. Intervalo de confiança 95% entre barras.

Gráfico 4: Probabilidades estimadas de estar em domicílio sob a condição de filho, mulheres 2002-2009, 2010-2015.



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego. Elaboração própria. Intervalo de confiança 95% entre barras.

Comparando o Gráfico 3, estimado para 2002-2009, e o Gráfico 4, para 2010-2015, registra-se para os homens uma menor sinuosidade e um pequeno deslocamento para cima no gráfico. Traduz-se em um incremento na probabilidade de viver sob a condição de filho dependente, que não se normaliza mesmo aos 35 anos e que mais homens estão vivendo com os pais indefinidamente. O prolongamento da vida com os pais, especialmente em relação aos homens, já fora previamente sugerido por Carvalho (2009). Para as mulheres, aparenta uma leve redução de sinuosidade a partir dos 25 anos, que sugere que as mulheres postergaram a saída da casa dos pais em alguma medida. Entretanto, as probabilidades dos dois períodos mais ou menos se equiparam aos 35, sugerindo somente um pequeno prolongamento do tempo médio de vida com os pais, diferente dos homens.

4.2 Resultados das regressões de probabilidades

A Tabela 4 apresenta os efeitos marginais do modelo para inferência estimado:

Tabela 4: Efeitos marginais estimados das regressões de probabilidade de saída da casa dos pais, segmentadas por gênero e faixa etária

Variável dependente: probabilidade de filho se desligar do domicílio desacompanhado dos pais				
Variáveis	18 a 25 anos		26 a 35 anos	
	Homens (1)	Mulheres (2)	Homens (3)	Mulheres (4)
Idade do filho (log.)	0.239*** (0.02)	0.219*** (0.02)	0.193*** (0.03)	0.036 (0.03)
Filho único no domicílio	-0.014*** (0.00)	-0.021*** (0.00)	-0.015*** (0.01)	-0.012** (0.01)
Filho frequenta escola, curso ou ensino superior	-0.033*** (0.00)	-0.046*** (0.00)	-0.018** (0.01)	-0.032*** (0.01)
Filho possui ocupação remunerada	0.008** (0.00)	0.010*** (0.00)	0.028*** (0.01)	0.013** (0.01)
Presença de criança menor de 5 anos no domicílio	0.043*** (0.01)	0.044*** (0.01)	0.046*** (0.01)	0.042*** (0.01)
Ausência de pai no domicílio	0.002 (0.00)	-0.009** (0.00)	0.004 (0.01)	-0.019*** (0.01)
Filho tem menos de 8 anos de escolaridade	0.030*** (0.01)	0.029*** (0.01)	0.012 (0.01)	0.011 (0.01)
Filho tem entre 8 e 10 anos de escolaridade (ref.)	- -	- -	- -	- -
Filho tem entre 11 e 14 anos de escolaridade	-0.041*** (0.00)	-0.054*** (0.01)	-0.030*** (0.01)	-0.054*** (0.01)
Filho tem 15 ou mais anos de escolaridade	-0.050*** (0.01)	-0.059*** (0.01)	-0.032*** (0.01)	-0.053*** (0.01)
Mãe presente, menos de 8 anos de escolaridade	0.011*** (0.00)	0.014*** (0.00)	0.018*** (0.01)	-0.009 (0.01)
Mãe presente, 8 a 14 anos de escolaridade (ref.)	- -	- -	- -	- -
Mãe presente, 15 ou mais anos de escolaridade	0.004 (0.01)	0.007 (0.01)	0.024** (0.01)	0.003 (0.01)
Ausência de mãe no domicílio	0.024 (0.03)	0.048 (0.04)	0.035 (0.05)	0.010 (0.06)
Idade da mãe (log.)	-0.051*** (0.01)	-0.050*** (0.01)	-0.132*** (0.02)	-0.106*** (0.02)
Renda do trabalho dos pais (log.)	-0.005** (0.00)	-0.008*** (0.00)	-0.002 (0.00)	-0.001 (0.00)
Dummies de Regiões Metropolitanas	Sim	Sim	Sim	Sim
Dummies de anos (2002 a 2015)	Sim	Sim	Sim	Sim
Psuedo-R ² de McFadden	0,0362	0,0390	0,0197	0,0178
Número de observações	47820	42961	23241	20633
Chi-quadrado	1254,83	1257,60	437,17	340,49
Prob>Chi	0,000	0,000	0,000	0,000

Erros-padrão dos entre parênteses. Asteriscos denotam p-valores: * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01.

Como apresentado na Tabela 4, as estimativas obtidas mostram impactos positivos e significativos de estar trabalhando sobre a probabilidade de se mudar da casa dos pais, para ambos os sexos e faixas etárias delineadas. Sobre estes, primeiro cabe pontuar que possuir ocupação remunerada implica em maior disponibilidade de custear habitação. Também, o ingresso no mercado de trabalho representa um estágio de vida de maior proximidade à idade

adulta, estando independência financeira e domiciliar atreladas (ENGELHARDT; ERIKSEN; GREENHALGH-STANLEY, 2014). Evidências da literatura estrangeira sugerem que o desemprego e perspectivas de emprego desencorajam a saída da casa dos pais (MARTINEZ-GRANADO; RUIZ-CASTILLO, 2002, BECKER, 2010, BLEEMER et al, 2014).

Os efeitos marginais obtidos na regressão 3 são superiores e sugerem que as influências de estar ocupado são mais acentuadas para os homens de 26 a 35 anos. Uma das explicações para a diferença de impacto em relação aos outros grupos concerne ao fato de que, nesta faixa etária, muitas das situações de coabitação também envolvem a proximidade ao casamento (BENTOLILA; MAEZO-FÉRNANDES; MENDEZ, 2015). Apesar de observarem-se nos últimos anos avanços na equidade entre papéis de gênero, frequentemente ainda se vincula o homem como o provedor. Assim, embora seja pouco questionável socialmente uma mulher se mudar e depender economicamente de seu parceiro, o reverso não costuma proceder. Como os homens costumam ter menos a quem recorrer, a situação de desemprego acresce, relativamente às mulheres, mais insegurança econômica, dificultando e desestimulando a independência domiciliar.

Como esperado, o impacto de existência de criança no domicílio é positivo e significativo nas regressões de probabilidade de saída estimadas. Inclusive, os quatro impactos são semelhantes. A variável de existência de criança capta um maior *crowding* no domicílio, fator que estimula que o filho se mude em busca de mais privacidade e autonomia, mas capta especialmente a natalidade e a existência de matrimônio ou uniões semelhantes. Aqueles filhos que já tem os seus próprios filhos e parceiro tendem, naturalmente, a demandar moradia independente para desfrutar da união e dos descendentes.

Reportam-se impactos significativos de estudar e da escolaridade sobre a probabilidade de deixar de viver com pais. Os impactos de estudar sobre a probabilidade em questão são mais acentuados entre os mais jovens. A literatura brasileira sugere que uma maior demanda por escolaridade está vinculada com um aumento tempo de coabitação com os pais (MORAIS; REGO, 2011; CIRÍACO; DOS ANJOS-JÚNIOR; MOREIRA, 2016). Estudos qualitativos com jovens de classe alta e média alta elencam a possibilidade de cursar e se manter na graduação ou pós-graduação como um argumento para permanecer nos aposentos parentais (FERREIRA; LOURENÇO; REZENDE, 2008).

Assim sendo, a extensão do tempo de coabitação pode assumir uma função protetiva contra as adversidades de um mercado de trabalho gradativamente mais competitivo. Como

demonstrado por Menezes-Filho (2012), em muitos setores e ocupações os retornos marginais da educação têm se reduzido continuamente, influenciados pelo aumento relativo da oferta de profissionais qualificados. Passar mais tempo vivendo com os pais pode significar uma oportunidade de reduzir as despesas e custear um maior capital humano que minimize as dimensões dos obstáculos enfrentados na transição à independência domiciliar.

Quanto às variáveis de escolaridade, se nota que, em geral, níveis superiores de escolaridade implicam em menores probabilidades de partir de casa. Os impactos dos graus de escolaridade são um pouco menores entre os mais velhos em detrimento dos mais jovens. Inclusive, para o grupo de 26-35 anos, os efeitos marginais de ter o grau de escolaridade Ensino Fundamental incompleto e Ensino Médio incompleto são estatisticamente iguais. Este resultado corrobora com o que o estudo de Carvalho (2009), que argumenta que a probabilidade de viver com os pais é um pouco menos sensível aos anos de escolaridade entre os grupos de faixas etárias superiores.

Uma maior escolaridade representa, *a priori*, mais instrução e informação disponível no momento de tomada de decisão. Partindo desta verificação, pode-se argumentar que filhos mais bem escolarizados tomariam decisões de com quem habitar mais respaldadas na razão de custos e benefícios econômicos e menos, relativamente, nos costumes e tradições. Estes filhos escolheriam com mais frequência, a título de exemplo, postergar a saída de casa até a conquista de uma renda maior, evadindo potenciais situações de forte privação econômica. Como explicação adicional, pode a maior escolaridade captar de algum modo o *background* familiar, como pais mais presentes, ou permissivos. Por exemplo, filhos que receberam suporte familiar para cursar faculdade localmente podem obter também apoio, ou não sentirem grandes objeções, para permanecer vivendo integrados a seus pais.

Os efeitos do *parent support* podem ser também sintetizados pelas variáveis binárias de escolaridade e presença de mãe¹². Como argumentam Tillmann e Comim (2006), pais que têm mais escolaridade possuem maior estoque de informação e tendem a valorizar mais a educação de seus filhos jovens, podendo dispor, ainda, de melhores condições de renda e riqueza para arcar com os custos de prover mais anos de educação a seus descendentes. Seguindo este raciocínio, possivelmente os pais com maior educação tendem a exercer mais forte influência

¹² Em estimativas iniciais, as variáveis de educação do pai se exibiram correlacionadas com a educação da mãe e, por motivos de parcimônia e prevenção de multicolinearidade, foram eliminadas. Por entender que captam efeitos semelhantes, optou-se por manter somente presença e escolaridade maternas, mais presença paterna. O mesmo se valeu para a variável de idade dos pais.

sobre a escolha dos jovens, dada a maior valorização da educação, estimulando que estudem mais tempo, logo alongando sua transição à independência financeira e domiciliar. Juntamente a isso, como o *stock* de informação é superior, pode ocorrer um efeito análogo ao creditado à escolaridade do filho: abrandam-se pressões para a saída no começo da juventude, como voga a tradição, e se confere maior atenção aos custos e benefícios auferidos pelos pais com a perda da presença de um filho¹³.

Ainda, pode a variável de escolaridade da mãe, junto à de renda dos pais, captar especificidades relatadas à posição social ocupada pela família. Ribeiro (2008) sinaliza para a existência de grandes disparidades entre os padrões de transição à idade adulta entre as diferentes classes sociais. Mello et al (2004) disserta que nas estratificações de renda mais baixas é comum a transição à vida adulta forçada pela imposição de séries de responsabilidades como a constituição de família e o trabalho precoce, enquanto em segmentos mais elevados é típico o prolongamento do tempo de permanência na escola e na casa dos pais.

A variável binária referente a filho único tem impacto negativo e significativo. A que primeiro cabe destacar, reflete uma maior oferta de privacidade no domicílio, variável importante para predizer a intenção e a decisão de se mudar de casa (GIULIANO, 2007). Além da privacidade usufruída, ser filho único pode captar um *background* familiar, estilo de criação e traços de personalidade dos pais, segundo a mesma lógica embutida na variável de escolaridade.

A variável de ausência de pai no domicílio exibe impactos significativos somente para as mulheres. Este resultado pode sinalizar que a presença de pai e influência patriarcal no domicílio pode reforçar o peso das normas e costumes na decisão de sair da casa dos pais para o grupo das mulheres. A intensificação aceleraria, por exemplo, o matrimônio e a constituição da própria família.

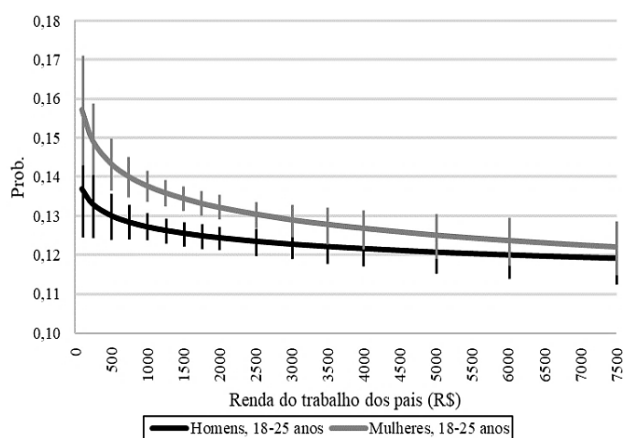
Os efeitos marginais associados à variável de idade da mãe são negativos e significativos e são mais acentuados entre os adultos de 26 a 35 anos. Esperava-se que ter mãe mais velha implicasse em uma menor probabilidade de saída associada às mulheres, uma vez que pais mais velhos poderiam tender a ser mais apegados às tradições e contribuir para um aceleração da transição ao casamento das filhas. A duplicidade do impacto para homens e mulheres pode se

¹³ Aqui se remeteu à função de utilidade familiar altruísta, de Ermisch (1999). O modelo considera que a utilidade parental depende das utilidades própria e do filho e que as preferências por coabitação podem divergir entre estes agentes. Mesmo podendo ser avessos a viver longe dos filhos, pais podem se beneficiar de um filho se mudando de casa, desde que a utilidade marginal do filho ao se mudar compense a desutilidade imputada aos pais por perder o convívio direto com o descendente. Consideram-se, portanto, pais altruístas ao bem-estar dos filhos.

dever à ausência de controles do estado de saúde dos pais, estando a variável de idade da mãe captando agravos de saúde ou maior necessidade de suporte. De Vos e Holden (1998) argumentam que, em países da América Latina, é comum que pais idosos vivam com algum dos filhos por necessidade de suporte econômico, de transporte e de saúde.

Quanto à renda dos pais, a variável sugere impactos significativos somente para os filhos mais jovens, de 18-25 anos, em que se observou significância estatística para a variável mencionada. O Gráfico 5 revela as probabilidades previstas pelos *probits* estimados associadas aos homens e mulheres pertencentes àquela faixa etária.

Gráfico 5: Probabilidades estimadas de sair da casa dos pais, por renda do trabalho dos pais (R\$).



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego. Elaboração própria. Intervalo de confiança 95% entre barras.

Como indicam as probabilidades estimadas expressas no Gráfico 5 no caso dos mais jovens, a renda dos pais influi negativamente na probabilidade de se mudar da unidade domiciliar parental. Este impacto aparenta ser ainda mais preponderante nas famílias com renda alta. Estudos qualitativos de Ferreira, Lourenço e Rezende (2008), Machado e Predebon (2008) e Henriques (2004) revelam que filhos adultos pertencentes às classes alta e média alta podem estar conformados a permanecer coabitando com pais por receio de ter que reduzir seu próprio padrão de vida.

Note, todavia, que estender o tempo de coabitação não é uma estratégia exclusiva dos ricos. Significa, simplesmente, que quanto maior a renda dos pais, menor o custo benefício de se mudar. Com tudo mais mantido constante, uma maior disponibilidade de renda dos pais implica em bens e serviços acessados no domicílio de maior qualidade e em maior conforto.

Tal implica que, quanto maior a renda dos pais, maior a utilidade de permanecer com eles coabitando.

Deste modo, racionalmente, filhos que vivem em famílias de renda mais alta podem tender mais a estender o tempo de coabitação com os pais, buscando por uma melhor inserção no mercado de trabalho e uma renda do trabalho superior, compatível com uma cesta de mercado composta por domicílio independente e bens que proporcionem conforto mais próximo ao anteriormente usufruído.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs investigar há evidências de uma prorrogação do tempo médio de coabitação dos filhos brasileiros e se a decisão de sair da casa dos pais está vinculada com a questão ocupacional e a necessidade de dispendir mais tempo estudando.

Fora constatado que sim, parece haver uma maior tendência a passar mais tempo coabitando com os pais entre 2002 e 2015. Há um maior destaque entre os filhos mais velhos, especialmente entre os homens. Os modelos de finalidade descritiva estimados apontaram aumento forte daquela proporção em comparação com a última década, mesmo entre os homens mais velhos da amostra, próximos aos 35 anos de idade.

Dos modelos econométricos, avaliou-se que os filhos tendem a sair menos de casa quando estão estudando ou estão sem emprego. Enfrentando um mercado de trabalho mais competitivo e também maior incerteza econômica e um custo de vida crescente nas grandes metrópoles brasileiras, alguns jovens e adultos podem estar se utilizando do aumento do tempo de coabitação com os pais como um mecanismo de suavizar estes riscos. Viver com os pais implica em menor custo de vida e oportunidade de passar mais tempo estudando, adquirindo experiência ou procurando por uma ocupação melhor. Isto proporcionaria uma transição mais segura à independência, em um momento em que o jovem ou adulto esteja economicamente mais resguardado.

Entre os filhos de renda mais alta, ainda, estender o tempo de coabitação e passar mais tempo estudando parece ser uma estratégia dominante. Como a decisão de sair da casa dos pais é baseada em custos e benefícios, *ceteris paribus*, quanto maior a renda dos pais, maior o conforto usufruído e menos vantajosa é uma mudança. Para tornar a transição à independência mais viável, estes filhos podem tender a se engajar mais em utilizar da extensão do tempo de coabitação estrategicamente para elevar a sua renda. Existem evidências, portanto, de um comportamento racional.

Todavia, tal racionalidade deve ser contraposta ao peso das normas, costumes e tradições sociais, que se mostram importantes para explicar a probabilidade de saída da casa dos pais e são mais fortes entre as famílias de estratificações sociais mais baixa. Primeiro, entre os gêneros, a imposição social do papel de provedor ao homem impacta na probabilidade de saída, desestimulando esta decisão até que exista uma condição econômica mais favorável. Segundo, a imposição precoce do papel de cônjuge às mulheres pode acelerar a sua transição à independência do domicílio dos pais.

O suporte prestado e a valorização da educação pelos pais mais bem instruídos e de maior *status* social pode revelar um tipo de assimetria, uma explicação mais dual para a decisão de coabitar: por um lado, entre as famílias de mais alta estratificação em que as tradições têm menor peso, a decisão de coabitar com os pais ou incluir domicílio independente na própria cesta de bens consumidos é mais vinculada com a relação custo-benefício e o *tradeoff* conforto e privacidade, podendo ser acionado o dispositivo da extensão para adquirir mais capital humano, se vantajoso. Por outro lado, nas famílias mais simples, de pais menos instruídos, as tradições e costumes podem limitar a autonomia do jovem de optar por permanecer no domicílio, geralmente sendo impostas precocemente responsabilidades associadas ao gênero e as à vida adulta.

Embora se deva assumir que a estratégia de identificação implementada neste artigo não é perfeita, os resultados obtidos nas regressões são muito condizentes com a literatura nacional até então veiculada e têm pontos convergentes também com a literatura estrangeira nos pontos de lacuna nacional. A estimação de um modelo de saída permitiu localizar os indivíduos diretamente no domicílio, fornecendo impactos de variáveis como estudar, presença de criança e escolaridade e renda dos pais que não seriam bem identificáveis modelando a mera probabilidade de estar morando com os pais. Houveram contribuições à literatura brasileira, que se identificara como escassa.

Como sugestão de trabalhos futuros, pode-se replicar a proposta para dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNADC, assim que disponíveis mecanismos de localização do indivíduo ou pareamentos mais eficazes que os disponíveis na PME. Os microdados da PNADC, além de trazerem dados mais novos, gozam de mais riqueza de variáveis e permitem diferenciar melhor, por exemplo, a condição do filho no domicílio. Dispõe, ainda, de mais variáveis de renda e educação e tem estruturas de painéis mais facilmente balanceáveis, que podem trazer mais robustez aos modelos.

Referências

- AASSVE, A. et al. Leaving home ain't easy. A comparative longitudinal analysis of ACHP data. **Max Planck Institute for Demographic Research Working Paper Series, WP**, n. 2001-038, 2001.
- ADAMOPOULOU, Effrosyni; KAYA, Ezgi. Young adults living with their parents and the influence of peers. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, 2016.
- ANJOS-JÚNIOR, Otoniel R.; CIRÍACO, Juliane S.; MOREIRA, Ivan T. Casa, comida roupa lavada e amor de mãe: uma análise dos determinantes da Geração Canguru no Brasil. **In: Anis da XVI Secon**, p. 1-14. 2017.
- APARICIO-FENOLL, Ainhoa; OPPEDISANO, Veruska. Fostering household formation: Evidence from a Spanish rental subsidy. **The BE Journal of Economic Analysis & Policy**, v. 15, n. 1, p. 53-84, 2015.
- AQUILINO, William S. The likelihood of parent-adult child coresidence: Effects of family structure and parental characteristics. **Journal of Marriage and the Family**, p. 405-419, 1990.
- BECKER, Sascha O.; BENTOLILA, Samuel.; FERNANDES, Ana; ICHINO, Andrea. Youth emancipation and perceived job insecurity of parents and children. **Journal of Population Economics**, v. 23, n. 3, p. 1047-1071, 2010.
- BENTOLILA, Samuel; MAESO FERNÁNDEZ, Francisco; MENDEZ, Ildefonso. Leaving Home with a Partner. 2015.
- BLEEMER, Zachary; BROWN, Meta; LEE, Donghoon, VAN DER KLAAUW, Wilbert. Debt, jobs, or housing: What's keeping millennials at home? **Federal Reserve Bank of New York Staff Reports** 700, 2014.
- BUNGE, Miguel; GALANTINE, Natália R.; HAUCK, Amanda M.; MARCONI, Ana Paula L.; DE FELICE, Eliana M. O jovem adulto que reside com os pais: um estudo exploratório. **Mudanças-Psicologia da Saúde**, v. 20, n. 1-2, p. 51-62, 2012.
- CARVALHO, Regiane L. **Casa, comida e roupa lavada: fatores associados à saída do jovem brasileiro do domicílio de origem**. 2009. Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Urbano-Cedeplar / Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Belo Horizonte, 2009.
- CHIURI, Maria Concetta; DEL BOCA, Daniela. Home-leaving decisions of daughters and sons. **Review of Economics of the Household**, v. 8, n. 3, p. 393-408, 2010.
- COBO, Barbara; SABOIA, Ana Lúcia. A “geração canguru” no Brasil. **Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, MG, Brasil, 2010.
- DE VOS, Susan; HOLDEN, Karen. Measures comparing living arrangements of the elderly: An assessment. **Population and Development Review**, p. 688-704, 1988.
- DETTLING, Lisa J.; HSU, Joanne W. Returning to the nest: Debt and parental co-residence among young adults. **Labour Economics**, 2017.
- ENGELHARDT, Gary V.; ERIKSEN, Michael D.; GREENHALGH-STANLEY, Nadia. The Impact of Employment on Parental Coresidence. **Real Estate Economics**, 2015.
- ERMISCH, John. Prices, parents, and young people's household formation. **Journal of urban economics**, v. 45, n. 1, p. 47-71, 1999.

FERREIRA, Patrícia Aparecida; REZENDE, DC de; LOURENÇO, CD da S. Geração Canguru: Algumas tendências que orientam o consumo jovem e modificam o ciclo de vida familiar. **Espacios**, v. 32, n. 1, p. 1-17, 2011.

FERRO, Lilian P.M.; MADEIRA, Gabriel A. M de; BADER, Fani L. C. B. Crédito e Formação de Domicílios no Brasil. In: **Trabalhos para discussão, nº 432**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil. 36 p, 2016.

GALLAGHER, Iris. M. **Geração canguru: entre o conforto e o desamparo**. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

GIULIANO, Paola. Living arrangements in Western Europe: Does cultural origin matter?. **Journal of the European Economic Association**, v. 5, n. 5, p. 927-952, 2007.

KAPLAN, Greg. Moving back home: Insurance against labor market risk. **Journal of Political Economy**, v. 120, n. 3, p. 446-512, 2012.

KOCHAR, Anjini. Intergenerational co-residence and schooling. **The Journal of the Economics of Ageing**, v. 4, p. 8-23, 2014.

MACHADO, Bruna Gonzalez; PREDEBON, Juliana Carmona. Geração canguru”: uma nova configuração da família contemporânea. **Anais do IX Salão de Iniciação Científica e Trabalhos Acadêmicos**, 2008.

MANACORDA, Marco; MORETTI, Enrico. Why do most Italian youths live with their parents? Intergenerational transfers and household structure. **Journal of the European Economic Association**, v. 4, n. 4, p. 800-829, 2006.

MARTINEZ-GRANADO, Maite; RUIZ-CASTILLO, Javier. The decisions of Spanish youth: A cross-section study. **Journal of Population Economics**, v. 15, n. 2, p. 305-330, 2002.

MELLO, J. L; CAMARANO, Ana A.; PASINATO, Maria T; KANSO, Solange. Como chegar à vida adulta: será que existe um caminho único? **Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, -MG–Brasil, v. 20, 2004.

MENEZES-FILHO, N. A. Apagão de mão de obra qualificada?: as profissões e o mercado de trabalho brasileiro entre 2000 e 2010. **São Paulo: Centro de Políticas Públicas do INSPER**, 2012.

MONTE, Paulo Aguiar do; RAMALHO, Hilton Martins de Brito; PEREIRA, Márcia de Lima. O salário de reserva e a oferta de trabalho: evidências para o Brasil. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 4, p. 613-639, 2011.

MORAIS, Maria da P.; RÊGO, P. A. Coabitação familiar e formação de novos domicílios nas áreas urbanas brasileiras. **Boletim regional, urbano e ambiental**, IPEA, 2011.

OLIVEIRA, V. H.; CARVALHO, José Raimundo. Salário de reserva e duração do desemprego no Brasil: uma análise com dados da pesquisa de padrão de vida do IBGE. **Encontro Regional de Economia**, 2006.

Ribas, R. P.; Soares, S. D. **Sobre o painel da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 1348, 2008.

ROGERS, William; WINKLER, Anne. **How Did the Housing and Labor Market Crises Affect Young Adults' Living Arrangements?** Institutie for the Study of Labor, DP 8568, 2014.

ROSENZWEIG, Mark R.; WOLPIN, Kenneth I. Intergenerational support and the life-cycle incomes of young men and their parents: Human capital investments, coresidence, and intergenerational financial transfers. **Journal of Labor Economics**, v. 11, n. 1, Part 1, p. 84-112, 1993.

SANTOS, Roberta Teodoro. **Escolha ocupacional e saída para o desemprego - Uma análise de transição de 2002 a 2016**. 2018. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, 2018.

SMITS, Annika; VAN GAALEN, Ruben I.; MULDER, Clara H. Parent-child coresidence: who moves in with whom and for whose needs?. **Journal of Marriage and Family**, v. 72, n. 4, p. 1022-1033, 2010.

WARD, Russell A.; SPITZE, Glenna. Gender differences in parent-child coresidence experiences. **Journal of Marriage and the Family**, p. 718-725, 1996.

WIEMERS, Emily E; SLANCHEV, Vladislav; MCGARRY, Kahtleen; HOTZ, Joseph V.. et al. Living arrangements of mothers and their adult children over the life course. **Research on aging**, v. 39, n. 1, p. 111-134, 2017.

Anexo 1: Resumo da bibliografia empírica internacional

Estudo	Países e anos	Amostra de indivíduos	Método	Principais conclusões
Aasve et al (2001)	10 países da Europa. 1994-1996.	Adultos que possuíam 18-34 anos na primeira entrevista (longitudinal).	Probit com controle de viés de seleção. Viés corrigido modelando a probabilidade de saída prévia à primeira data do painel.	Efeitos de variáveis econômicas sobre a probabilidade de sair da casa dos pais dependem crucialmente de fatores institucionais e do regime de bem-estar social adotado no país. Sociedades com <i>welfare states</i> mais fracos tendem a observar maior influência do desemprego e da renda sobre a manutenção da coabitação com pais.
Adamapoulou, Kaya (2013)	EUA 1ª coleta: 1994-1995. Última coleta: 2000-2003 (longitudinal).	Indivíduos de 12-19 anos que estudavam Acompanhados até o início da idade adulta (19-26 anos).	Modelo de regressão de probabilidade linear. Probit. Segmentado: sexo e cor	Evidências robustas de existência de <i>peer effects</i> da adolescência sobre a probabilidade de se manter coabitando com os pais na idade adulta. Efeitos permanecem mesmo com controles de fatores de personalidade, aparência física, QI e desempenho escolar, composição domiciliar; além da trajetória acadêmica, <i>status</i> marital e de fatores estruturais da economia no período da vida adulta. Ter amigos de infância que moram com pais eleva em cerca de 6 p.p. a probabilidade de também viver com pais. Há maior influência dos amigos sobre mulheres e não-brancos.
Aparicio-Fenoll, Oppedisano (2015)	Espanha. 2006-2009.	Indivíduos de 21-26 anos aptos a receber o subsídio.	Método de diferenças em diferenças. Probit..	Receber subsídio de € 120 por mês aumenta a probabilidade de viver longe dos pais entre 0,002 e 0,037 p.p. Os efeitos da política são maiores entre os indivíduos localizados nos quantis inferior da renda e entre os que vivem em regiões onde os custos de vida são maiores.
Aquilino (1990)	EUA. 1987-1988.	Famílias que onde coabitava com pais jovem maior de 18 anos.	Probit em dois estágios: 1) probabilidade de ter um filho adulto não casado; 2) probabilidade de viver com um filho adulto. Segmentado por idade dos pais.	Pais tendem mais a acolher os filhos (ou mantê-los coabitando) no domicílio do que vice-versa. A condição marital dos pais e dos filhos está fortemente associada à propensão à coabitação por parte dos filhos. Adultos que vivem com muitos irmãos têm menor propensão à permanência em casa, mas a chance de que ao menos um filho adulto continue morando com os pais é alta.
Becker (2010)	Itália. 1983-2004.	Adultos de 18-35 anos vivendo com pais.	Probit com IV. A endogeneidade entre as decisões de ofertar trabalho e sair e de casa é tratada por: taxas de coabitação e desemprego, PIB.	Expectativas de estabilidade de renda e trabalho para filhos e para pais influem na decisão dos filhos coabitarem com pais em direções opostas. Um aumento de 10 p.p. na quantidade de jovens inseguros sobre seus empregos eleva a taxa de coabitação em 1,7 p.p. Um aumento de mesma magnitude na segurança para indivíduos com idade de 50-59 anos reduz as taxas de coabitação em 1,1 p.p.

Continua...

Estudo	Países e anos	Amostra de indivíduos	Método	Principais conclusões
Bentolila, Maezo-Férrnandes, Mendez (2015)	Espanha. 2005 (primeira coleta), 2013 (última coleta). Longitudinal.	Indivíduos que na primeira coleta frequentavam universidade.	Probit Modelo de regressão de equações simultâneas Probit bivariado	As decisões de sair de casa, trabalhar e se casar são interdependentes e estas são mais efetuadas quando o parceiro está em emprego estável. As chances de sair da casa dos pais para o casamento são maiores quando a renda permanente dos pais e do parceiro é maior Quanto maior a educação da mãe maior a propensão de sair de com parceiro. Quanto maior a educação do pai, menor é a mesma propensão.
Bleemer et al (2014)	EUA. 1999-2013.	Adultos de 25-30 inscritos na seguridade social e com relatório de crédito.	Regressão de probabilidade linear com efeitos fixos. Regressão com variáveis instrumentais. O endividamento dos filhos é instrumentado pelo custo médio de uma graduação na corte e estado da federação	Um aumento de 1 pp no desemprego jovem eleva a probabilidade de retornar à casa dos pais em 0,2 p.p. Um nível de desemprego jovem menor, <i>ceteris paribus</i> , implicaria em uma trajetória temporal das proporções de coabitação bastante aquém daquela observada nos EUA. Um aumento de um desvio-padrão nos preços de aluguéis eleva a probabilidade de retorno à casa dos pais em 0,37p.p. O nível de endividamento desencoraja e retarda a saída à casa dos pais A coabitação com pais está mais associada às disponibilidades de emprego e bens no domicílio do que à força da economia local.
Chiuri, Del Boca (2010)	15 países da Europa 1994-2001	Indivíduos de 18-34 anos de idade	Logit para dados em painel com efeitos fixos	Mulheres são mais afetadas por fatores institucionais na decisão de se manterem coabitando com os pais. No entanto, elas são pouco afetadas por variáveis individuais e domiciliares em contraste aos homens.
Dettling, Hsu (2014)	EUA. 2005-2014 (longitudinal).	Indivíduos com 18-31 anos.	Regressão com efeitos fixos Análise de sobrevivência.	Coabitar é uma alternativa de suavizar o consumo quando há restrições de acesso ao crédito. Maior dívida bancária, menor limite para cartões de crédito e inadimplência estão relacionados ao retorno à casa dos pais.
Engelhardt, Eriksen, Greenhalgh-Stanley (2016)	EUA. 1998-2012.	Famílias onde ao menos um filho já havia saído de casa e possuíam pai de 50 ou mais anos de idade.	Regressão com efeitos fixos. Segmentado por gênero, também por: cor, status marital do filho, educação do filho e dos pais, tipo de posse do domicílio do filho e pais, qualidade da moradia dos pais, saúde e renda dos pais.	Uma redução em 1% na renda do adulto eleva a probabilidade de retorno à casa dos pais em 1.3% para homens e 0.3% para as mulheres. Perder o emprego eleva a probabilidade de voltar a coabitar com os pais em 1.7 p.p. para homens adultos. Os efeitos do desemprego sobre a probabilidade de retorno à casa dos pais são maiores entre filhos de pais brancos e com maior escolaridade. Os efeitos são maiores também quando a moradia dos pais é de qualidade e quando estes têm renda superior à mediana.

Continua...

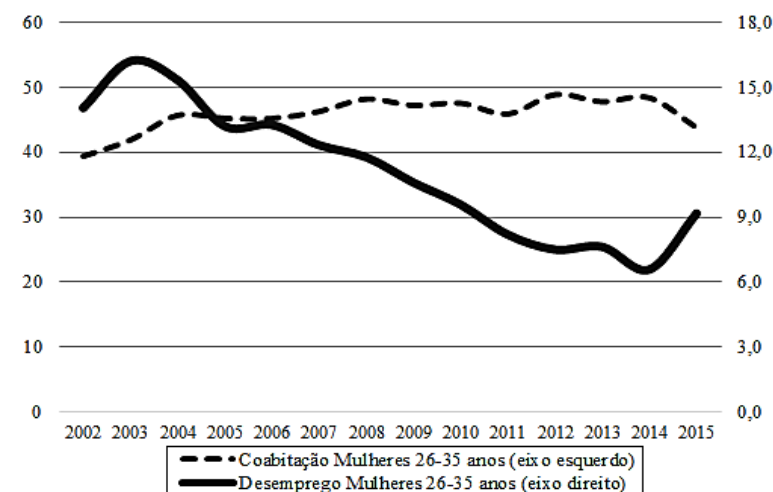
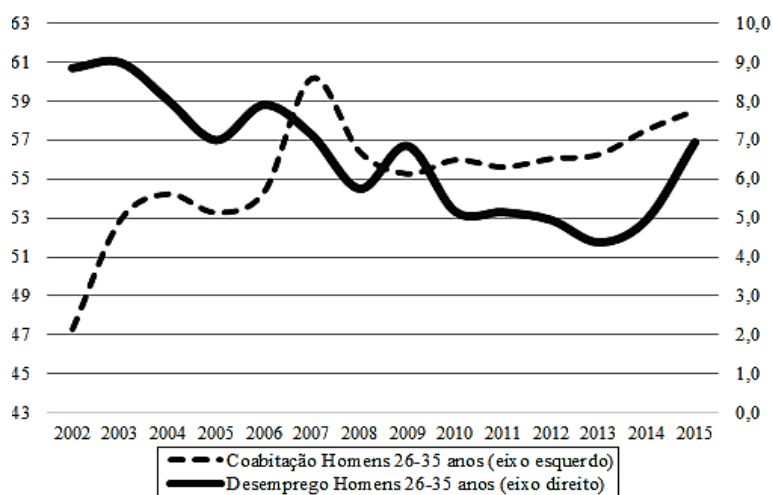
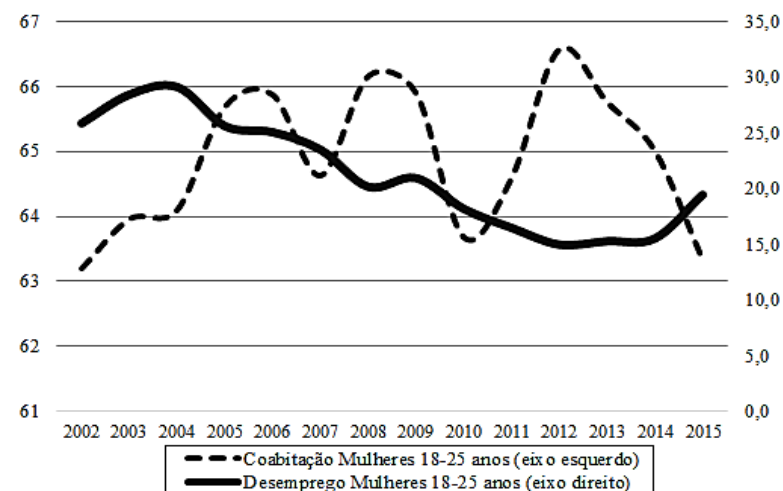
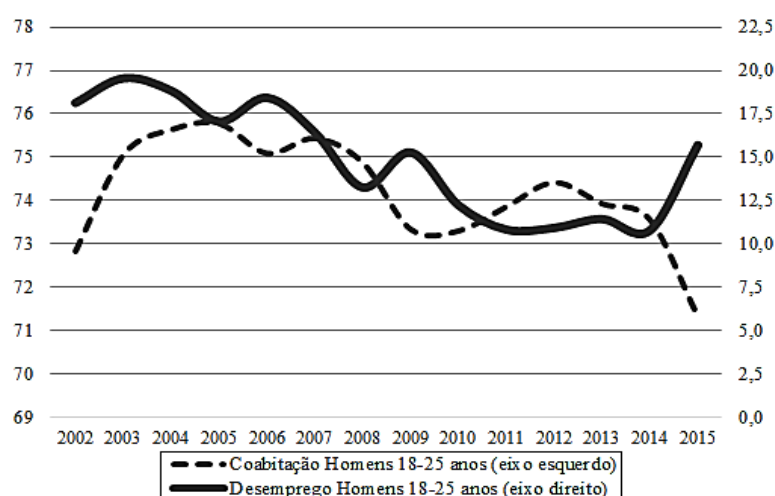
Estudo	Países e anos	Amostra de indivíduos	Método	Principais conclusões
Ermisch (1999)	Reino Unido 1991-1995	Indivíduos com 16-30 anos	Logit com efeitos fixos Probit	Uma piora nas condições de acesso à moradia desencoraja a saída e encoraja o retorno à casa dos pais. Variáveis de desemprego têm efeito de estimular tanto a saída quanto o retorno à casa dos pais. Uma maior renda do jovem está associada a menores chances de permanecer e de retornar à casa dos pais. O efeito da renda dos pais sobre a chance do filho sair é positivo.
Giuliano (2007)	EUA, Itália, UE. 1970. 1994-2000.	Filhos adultos de imigrantes italianos vivendo nos EUA, 18-33 anos. Adultos italianos.	Modelos de regressão de probabilidade linear.	Estar em namoro sério reduz a vontade de jovens permanecerem no domicílio de origem. Maior privacidade e liberdade para trazer amigos e parceiros ao domicílio fortalecem a preferência por permanecer. Preferências por coabitação dependem fortemente do peso cultural da família no país. Nos países de famílias fortes, uma maior liberalização sexual levou a aumento na propensão a continuar vivendo com pais.
Kaplan (2012)	EUA. A partir de 1998 (longitudinal). Finaliza em 2002.	Jovens do sexo masculino de 17-23 anos que não possuem Ensino Superior e possuem pais vivos.	Modelo estrutural. Logit para dados em painel. Análise de sobrevivência. Método de diferenças em diferenças.	40% dos homens de 22 anos retornaram à casa dos pais e permaneceram ali por período maior que 1 mês. A opção de retornar à casa dos pais afeta variáveis de consumo, poupança e oferta de trabalho. A decisão de coabitar eleva o salário de reserva do jovem e permite que passe mais tempo buscando por um emprego de melhores perspectivas a longo prazo. Indivíduos sem essa opção tendem a aceitar empregos fáceis, de retornos em média 5% menores. Filhos de pais pobres são mais propensos a voltar à unidade parental após perder o emprego devido a dificuldades de a família assumir suas despesas.
Kochar (2013)	Índia. 2009-2010.	Crianças em idade escolar residentes na zona rural.	OLS com instrumento. Instrumento: diferença etária entre pai e filho.	Naquele recorte geográfico, a expectativa por parte dos pais de manter-se coabitando com o filho mais velho, legando-o como provedor na eminente velhice, reduz a frequência e o desempenho escolares do filho.
Manacorda, Moretti (2006)	Itália. 1989, 1991, 1993, 1995, 19987, 2000.	Homens de 18-30 anos. Ambos pai e mãe vivos. Pais com idade entre 40-74 anos, mães 37-71 anos.	Estimação com variáveis instrumentais em dois estágios. A renda é instrumentalizada pela idade de aposentadoria do pai após reforma da previdência.	Evidências robustas de que a renda dos pais impacta positivamente na probabilidade de que um filho homem coabite com os pais. Um aumento exógeno de 10% na renda parental eleva em aproximadamente 10% a proporção de homens adultos vivendo com os pais. Pais italianos preferem coabitar com seus filhos. Os filhos são, por sua vez, indiferentes entre morar ou não com eles.

Continua...

Estudo	Países e anos	Amostra de indivíduos	Método	Principais conclusões
Martinez-Granado, Ruiz-Castillo (2002)	Espanha. 1990-1991.	Adultos de 15-29 anos.	Modelo de probabilidade em dois estágios para dados de corte adaptado de um GMM. Regressão trivariada das decisões de trabalhar, estudar e de morar sem os pais. Segmentado: gênero.	As decisões de trabalhar, estudar de viver em unidade domiciliar própria são endógenas entre si. Filhos possuem maiores chances de coabitar com pais quando estão estudando ou desempregados. Condições de vida no domicílio e tamanho da cidade afetam diretamente os arranjos domiciliares.
Rogers, Winkler (2014)	EUA. 2006-2011.	Adultos de 22-34 anos.	Logit multinível.	Um aumento de US\$100 nos custos de aluguel reduz a probabilidade de um adulto viver sem os pais em 0,01p.p. A taxa de desemprego impacta a probabilidade de coabitar somente para homens brancos As maiores preditoras da decisão de coabitar são características individuais e não variáveis econômicas.
Smits, Van Gaalen, Mulder (2010)	Holanda. 2003-2005.	Adultos de 30-40 anos que moram com pais.	Logit. Logit multinomial.	A coabitação relaciona-se à necessidade de suporte tanto por parte dos pais quanto dos filhos. Um maior nível de conforto usufruído na casa dos pais e um menor conforto usufruído na casa dos filhos elevam as probabilidades de retorno à unidade parental.
Ward, Spitze (1996)	EUA. 1987-1988.	Adultos com mais de 19 anos.	Modelo de probabilidade linear. Logit.	As contribuições de filhos que coabitam com os pais para os afazeres domésticos e ao sustento da família são substancialmente menores que as dos pais. Tais diferenças (financeira e doméstica) entre filhos do sexo masculino e feminino coabitantes existem, porém, são muito fracas.
Wiemers (2017)	EUA Primeira coleta: 1984. Última coleta: 2007 (longitudinal)	Mães com filhos adultos com idade entre 65-97 anos na última coleta	Logit multinomial	Uma proporção dos adultos nunca sai da casa da mãe. Quanto maior a renda do filho, menor a probabilidade daquela permanência, sendo o efeito da renda mais forte no caso de mães em idade avançada e casadas. A natureza hierárquica da coabitação depende do ponto do ciclo de vida onde se está, no entanto, na maior parte das situações etárias são os pais os provedores e os filhos os maiores beneficiados da coabitação.

Elaboração própria a partir das referências listadas.

Anexo II: Comparação das proporções de domicílios em que indivíduos coabitam com os pais, sob a condição de filhos, e a taxa de desemprego do respectivo grupo demográfico, 2002-2015 (%)



Fonte: PME. Elaboração própria.